

O “RELATÓRIO” COMO PROBLEMA E COMO SOLUÇÃO

EFEITOS DA MEDIDA COMO PRODUTO EMERGENTE DA ROTINA INSTITUCIONAL

O capítulo anterior foi dedicado a apresentar as interpretações elaboradas sobre os procedimentos práticos e interpretativos envolvidos no trabalho dos atores do Fórum Brás de produção da relatabilidade racional de suas atividades. Conforme destacado, o objetivo foi compreender de que maneira o trabalho interpretativo envolvido na execução da medida de internação sustenta a racionalidade prática do isolamento institucional para adolescentes autores de atos infracionais. De forma análoga, no presente capítulo apresento as análises construídas sobre o trabalho interpretativo envolvido no processo de execução da medida de internação considerado a partir de outro ponto de vista. Partindo agora das informações coletadas na pesquisa realizada na Fundação CASA, o objetivo é analisar os procedimentos interpretativos empregados no trabalho dos atores que atuam nas unidades de internação para formular a relatabilidade racional de suas atividades e da própria medida de internação.

Como já indicado, a pesquisa nessa organização foi realizada em duas etapas e resultou na coleta de dois tipos de dados: entrevistas realizadas com profissionais de quatro unidades de internação e documentos institucionais (pastas e prontuários) que registram o processo de execução da medida de internação. Tendo em vista que essas informações foram coletadas separadamente, optei

por desenvolver sua análise em tópicos distintos. Considerando a proposta de interpretar os documentos institucionais como *accounts motivados*, introduzo a análise desse material depois de apresentar como os atores entrevistados elaboraram o contexto de suas práticas na construção da racionalidade de suas ações e decisões. Dessa maneira, será possível demonstrar como as informações obtidas nas entrevistas orientaram a elaboração das interpretações sobre os procedimentos narrativos identificados nos relatórios e justificar a centralidade atribuída na análise à construção do fato da transformação do adolescente.

Assim como no capítulo 3, antes de demonstrar os argumentos construídos sobre os dados da Fundação CASA, introduzo os dois grandes tópicos do capítulo com o detalhamento do processo de coleta das informações. Novamente, a apresentação desse processo é compreendida aqui como meio de enquadrar as análises propostas e oferecer parâmetros para a avaliação da pertinência das interpretações formuladas.

Descrição da coleta das informações: as entrevistas nas unidades de internação

Depois de ter definido a execução da medida de internação como foco da pesquisa, iniciei (em abril de 2013) o contato com a Fundação CASA para obtenção de autorização para realizar a pesquisa nas unidades de internação. O objetivo dessa etapa da pesquisa foi investigar de que maneira o processo da execução ocorria nas unidades e, mais especificamente, compreender como os profissionais das unidades elaboram as atividades de avaliação dos adolescentes e produção dos relatórios. Considerando as dificuldades existentes na obtenção de autorização para pesquisa nessa instituição¹, antes de iniciar o processo, busquei saber se o tipo de investigação pretendido seria autorizado. Ainda que a observação do trabalho diário de elaboração dos relatórios e de discussão dos casos dos adolescentes pudesse contribuir para a investigação do problema de pesquisa, obtive a informação de que pesquisas que envolvem presença contínua nas unidades têm grande chance de não serem aprovadas. Por este motivo, apresentei uma proposta que envolvia somente entrevistas com os funcionários das unidades responsáveis pela elaboração dos relatórios.

¹ Durante minha pesquisa de mestrado (ALMEIDA, 2010) o processo de obtenção de autorização para a pesquisa levou em torno de oito meses e a forma de coleta de dados precisou ser reformulada a partir das exigências impostas pela Fundação CASA.

Passado um mês da submissão do projeto para avaliação, a Superintendência de Saúde da Fundação CASA convocou uma reunião para esclarecer algumas dúvidas suscitadas pela leitura do projeto. Eles haviam compreendido que a pesquisa envolveria entrevistas com os adolescentes, o que demandaria justificativas e procedimentos adicionais. Ao esclarecer, no entanto, que as entrevistas seriam realizadas somente com os funcionários, as dúvidas se limitaram à operacionalização das atividades. Nessa reunião busquei reforçar a solicitação de que a seleção das unidades contemplasse a diversidade existente². Os representantes da Fundação CASA me informaram que selecionariam quatro unidades com perfis diferentes (destinadas a adolescentes “de primeira passagem” e de “múltiplas passagens”) e que privilegiariam as instituições “mais tranquilas”, pois naquelas em que há “problemas” seria difícil conduzir as atividades de pesquisa. A partir de meu conhecimento prévio sobre a instituição, interpretei esse comentário como fazendo referência às unidades em que há conflitos abertos entre funcionários e adolescentes que se manifestam na ocorrência de rebeliões e/ou controle dos adolescentes pelo uso frequente de violência física.

Essa reunião foi realizada no dia 07 de junho de 2013 e no final de julho recebi a informação de que o projeto havia sido aprovado. Antes de iniciar a pesquisa, no entanto, foi agendada uma nova reunião, agora com os diretores das unidades selecionadas para apresentação dos objetivos e das atividades que seriam realizadas e para a assinatura do Termo de Responsabilidade. Esse termo – que precisei ler em voz alta antes de assinar – garantia minha ciência sobre as consequências legais dos possíveis danos causados pela pesquisa. Durante a reunião, os diretores das unidades se mostraram receptivos e disponíveis em viabilizar a pesquisa e tive a impressão de que eles entendiam a escolha das unidades como um reconhecimento da Fundação CASA do trabalho realizado por eles.

Essa impressão que tive durante a reunião pode ser tomada como evidência de que a escolha das unidades foi orientada por uma preocupação com a “fachada” (GOFFMAN, 1990) institucional e que as unidades selecionadas estão entre aquelas que a direção da Fundação CASA julga melhor representarem sua imagem pública. Desenvolvendo o raciocínio dessa conjectura, seria possível imaginar que o modo de funcionamento dessas unidades é o que mais se aproximaria do “ideal oficial” da instituição. O interesse na noção desenvolvida por Goffman para pensar essa relação entre o “oficial” e o “não oficial” na definição

² No total, a Fundação CASA possui 110 centros de internação. Informação disponível em <http://transparencia.fundacaocasa.sp.gov.br/mapaCentroI.aspx> [acessado em 11/09/2015]

da situação da instituição é a compreensão de que, no manejo das impressões (seja do indivíduo ou da atividade/estabelecimento ao qual os indivíduos pertencem), a preocupação com a existência de informações que podem desacreditar a performance desempenhada é nativa. Conforme destaca Goffman (1990, p.76-77), a diferenciação entre performances reais/sinceras e performances falsas são modelos de senso comum para formular nossa concepção sobre o comportamento. Enquanto as performances reais são vistas como não tendo nada de construção intencional, as falsas são vistas como inteiramente fabricadas já que não há realidade para a qual o comportamento possa ser a resposta. Goffman argumenta que ainda que as pessoas (e podemos dizer, as instituições que os indivíduos entendem estar representando com suas atividades) possam ser o que elas parecem ser, essa aparência pode ainda assim ter sido dirigida. O que é interessante nessa perspectiva é tirar o foco da avaliação sobre a “sinceridade” ou “veracidade” de uma dada performance como recurso para análise, e atribuir relevância para a diferenciação tal como ela é construída pelos atores investigados³. Nesse sentido, aquilo que os membros afirmam como a definição oficial da situação da instituição é tão relevante e constitutivo dessa instituição quanto o que se entende ser informação desacreditadora da performance. Esse raciocínio é semelhante ao desenvolvido por Bittner (2013) sobre as organizações e a compreensão de que a divisão entre estrutura formal e informal é uma construção de senso comum, constitutiva das atividades daqueles que participam das organizações.

Dessa maneira, compreendo que a possibilidade (trata-se somente de uma conjectura) de que as unidades de internação selecionadas pela direção da Fundação CASA estejam entre as que traduzem a “linha oficial” da instituição não implica, necessariamente, em um limite para a análise. Não só por compreender que a definição oficial da instituição diz tanto sobre ela quanto suas práticas “irregulares”, “informais”⁴, mas também porque o objetivo da presente investigação é compreender como os atores investigados elaboram a razoabilidade da

³ Em entrevista com a agente socioeducativa 2 da unidade 1, que havia trabalhado em diversas unidades da Fundação CASA, ela formula a verdade da instituição como acessível exclusivamente nas unidades “que têm rebelião” e são “mais complicadas”. Ela me questiona se eu faria a pesquisa em alguma dessas unidades e afirma: “Porque lá você vai sentir na pele o que é a Fundação CASA de verdade. Isso daqui (apontando para a unidade 1) é uma escola”.

⁴ É importante destacar que o objetivo dessas considerações não é minimizar a gravidade ou relevância política da atenção à situação de violência contra os adolescentes existente em muitas unidades da Fundação CASA. Trata-se somente de destacar que, do ponto de vista analítico, o “oficial” e o “não-oficial” são igualmente constitutivos do funcionamento da instituição.

medida de internação. Nesse sentido, interessa compreender no que consiste o funcionamento oficial da instituição.

Retomando a descrição do processo de coleta de dados, foram selecionadas, portanto, quatro unidades – atualmente denominadas Centros Socioeducativos – que executam a medida de internação. Duas delas são destinadas a adolescentes que passam pela primeira vez na Fundação CASA e foram construídas recentemente a partir do modelo arquitetônico das novas unidades da Fundação CASA. As outras duas são destinadas a adolescentes com múltiplas passagens e ficam localizadas no mesmo espaço físico onde anteriormente funcionava um dos “complexos” da antiga FEBEM⁵.

Como destacado, o objetivo da pesquisa nas unidades era ter contato com os funcionários responsáveis pela avaliação dos adolescentes e pela elaboração dos relatórios de acompanhamento da medida. Em todas as unidades, ao expor esse objetivo na conversa inicial, os diretores destacaram a importância de eu conversar com profissionais de todas as funções existentes na instituição: agentes de apoio socioeducativo (responsáveis pela área da segurança), agentes pedagógicos (responsáveis pelo acompanhamento e organização das atividades pedagógicas, culturais e de educação profissional), psicólogos e assistentes sociais. Foram realizadas, ao todo, 28 entrevistas individuais, semiestruturadas e a maioria foi gravada e transcrita⁶. Todas as entrevistas foram realizadas nas unidades e respeitando a rotina de trabalho e disponibilidade dos funcionários. Além das entrevistas, as observações realizadas nos dias das visitas foram registradas em caderno de campo. Em todas as unidades foi possível conhecer as dependências e um pouco de seu funcionamento. Segue um breve relato sobre o que foi realizado em cada uma das unidades.

Unidade 1: Esta unidade, destinada a adolescentes que passam pela primeira vez na Fundação CASA, localiza-se em um município da região metropolitana da cidade de São Paulo. Na visita inicial constatou-se que havia duas unidades no mesmo terreno (ambas com mesmo perfil de adolescente e mesmo tipo de

⁵ Antes da reestruturação, iniciada em 2006, que mudou o nome da instituição de FEBEM para Fundação CASA e iniciou o projeto de descentralização das unidades, a maioria das unidades de internação ficava localizada em grandes complexos com várias unidades no mesmo espaço físico.

⁶ Ao todo, foram entrevistados 7 psicólogos, 8 assistentes sociais, 9 profissionais da área pedagógica e 5 agentes de apoio socioeducativo. Somente 5 entrevistados não permitiram a gravação da entrevista.

construção). Em princípio, a pesquisa só seria realizada em uma delas, mas como ambas são coordenadas pela mesma Diretora, pude entrevistar funcionários das duas unidades. No momento da pesquisa a população de cada unidade oscilava em torno de 69 adolescentes. No caso dessa unidade pude conversar com uma parte da equipe de funcionários e explicar sobre a pesquisa para que eles pudessem decidir se gostariam de participar. Em alguns casos, os funcionários pediram para serem entrevistados e em outros casos a encarregada técnica perguntava para os funcionários que estavam disponíveis no momento em que eu estava lá se eles poderiam realizar a entrevista. Foram realizadas entrevistas com duas psicólogas, quatro assistentes sociais, dois agentes de apoio socioeducativo e uma agente pedagógica. As entrevistas foram realizadas na sala da diretora, mas ela só esteve presente em parte de uma das entrevistas. Em todas as outras, a entrevista foi realizada somente com o entrevistado no ambiente.

Unidade 2: Assim como a primeira, essa unidade é destinada a adolescentes primários na Fundação CASA e também foi construída a partir do novo modelo arquitetônico da Fundação CASA. Faz parte de um complexo de unidades localizado em um município da região metropolitana de São Paulo. Dentro desse complexo, a unidade visitada é a única com instalações novas e esse modelo específico de construção. No momento da visita inicial, a unidade tinha 64 adolescentes internados. Nessa unidade eu pude conversar algumas vezes com a diretora e não sei como foi feita a seleção dos funcionários que participaram da entrevista. Geralmente eu ficava em uma sala e a encarregada técnica levava as pessoas até mim. Por este motivo, sempre insistia com os entrevistados que a participação era voluntária. Foram realizadas entrevistas com uma psicóloga, uma assistente social (que ocupava temporariamente o cargo de encarregada técnica), dois agentes pedagógicos e dois agentes de apoio socioeducativo.

Unidade 3: Esta unidade é a mesma em que realizei a pesquisa do mestrado e parece ter sido selecionada por esse motivo⁷. Trata-se de unidade destinada a adolescentes com múltiplas passagens e fica localizada na cidade de São Paulo. Quando foi realizada a pesquisa de mestrado, os adolescentes internados nessa unidade eram classificados como “reincidentes graves e gravíssimos”, categoria definida pelo tipo de infração cometida, o número de passagens e também pelo

⁷ No dia da reunião com a Superintendência de Saúde, na discussão sobre em quais unidades eu realizaria a pesquisa, o representante da Fundação CASA comentou que seria interessante eu fazer a pesquisa naquela unidade, pois eu já conhecia o seu funcionamento.

comportamento dos adolescentes nas unidades pelas quais passaram. Diferente das duas outras unidades, as instalações físicas da unidade são antigas. De modo geral, tive a impressão de que os entrevistados pareciam receosos com relação à entrevista. Nesse caso também não foi possível saber de que forma foi feita a seleção dos funcionários que participaram da pesquisa e novamente foi enfatizado o caráter voluntário da participação. Foram realizadas entrevistas com dois psicólogos (um dos psicólogos era a Encarregada Técnica da unidade, mas que atuou como psicóloga durante a maior parte do tempo em que trabalhou na Fundação CASA), uma assistente social, dois agentes pedagógicos, a coordenadora pedagógica (responsável pela coordenação de todas as atividades pedagógicas, culturais e de educação profissional da unidade), uma professora de educação física e um agente de apoio socioeducativo. Cada entrevista foi realizada em um lugar diferente.

Unidade 4: Como indicado, esta unidade se encontra localizada no mesmo terreno que a Unidade 3 e também recebe adolescentes com múltiplas passagens. Ainda que a administração e as equipes das duas unidades sejam completamente independentes, a estrutura física delas é idêntica. De qualquer forma, foi solicitada a visita às dependências da unidade para ter acesso a fala que acompanha a apresentação e que permite obter mais informações sobre as unidades. O contato com esta unidade foi o mais difícil. As respostas sobre o agendamento das visitas sempre demoravam e sua estrutura parecia ser a mais precária. A equipe técnica era muito menor do que a das demais unidades. Foram realizadas entrevistas com duas psicólogas, uma assistente social, um agente pedagógico e uma professora de educação física.

4.1 A SUBMISSÃO À INSTITUIÇÃO COMO EVIDÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ADOLESCENTE: A OPERAÇÃO INTERPRETATIVA DA EXECUÇÃO DA MEDIDA NAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO

4.1.1 As atividades cotidianas e os problemas práticos dos funcionários da unidade

A fachada institucional

Um dos principais focos das entrevistas com os funcionários das unidades foi a atividade de elaboração dos relatórios. De acordo com os entrevistados, existem quatro tipos de relatórios⁸ que indicam o momento da medida em que são elaborados. O primeiro relatório sobre o adolescente – “Relatório Poli dimensional” – é geralmente elaborado na unidade de internação provisória⁹, antes de iniciar a medida de internação propriamente dita. Depois que o adolescente é inserido na unidade de internação, um grupo de funcionários composto por um representante de cada uma das “áreas” – “pedagógico”; “psicologia”; “assistência social” e “segurança” –, utiliza o diagnóstico realizado na internação provisória para elaborar o Plano Individual de Atendimento com as “metas” que o adolescente precisa atingir durante a medida. Esse grupo, chamado de “equipe de referência” do adolescente, o acompanhará durante toda a medida e é responsável pela elaboração de todos seus relatórios. Depois de passados três meses da data que o adolescente foi apreendido pela polícia, é elaborado o primeiro “relatório de acompanhamento”. Esse tipo de relatório será produzido a cada três meses até que a equipe decida elaborar o “relatório conclusivo” em que consta a sugestão de término da medida.

⁸ Essa descrição dos tipos de relatórios foi obtida nas entrevistas realizadas em 2013. Como se verá no item de análise dos relatórios, essa divisão é recente. Na maioria dos prontuários analisados, consta somente três tipos de relatório: o relatório inicial (elaborado na unidade de internação provisória), os relatórios de acompanhamento e o relatório conclusivo.

⁹ As unidades de internação provisória são destinadas aos adolescentes que, por determinação judicial, aguardam seu julgamento internados. De acordo com os entrevistados, quase todos os adolescentes que recebem a medida de internação passaram pelas UIPs.

Na descrição das atividades cotidianas que definem o trabalho realizado pelos funcionários, a elaboração dos relatórios era frequentemente apresentada como um problema prático e “burocrático”. Nas entrevistas, principalmente com psicólogas (os) e assistentes sociais, a reclamação sobre a quantidade de adolescentes por profissional (em torno de 20), o excesso de trabalho e a falta de tempo foi constante. Como podemos observar nos trechos abaixo, a quantidade e a frequência dos relatórios são elaboradas como um fator importante do excesso de trabalho:

Então assim, o processo é muito burocrático, e tem coisas que não haveria necessidade, e você tem que fazer, está lá no SINASE, então você tem que fazer. Por exemplo, eu penso que o adolescente que já tem um relatório poli dimensional, ele não precisaria de um PIA. Porque nós não temos tempo hábil para conhecer esse menino em 15 dias, porque o menino já vem das CIPs [Centros de Internação Provisória] já faltando 15 dias, 20 dias pra gente preparar esse PIA. (...) Nós, como profissionais, ficamos sobrecarregados, o adolescente chega hoje, daqui 20 dias você vai olhar a pasta dele novamente, ela tem que estar com o judiciário. Eu, nesses 20 dias eu tenho que fazer entrevista, eu tenho que acolher esse adolescente, eu tenho que avaliar esse adolescente, e com certeza as coisas não vão ser como deveriam ser. (Psicóloga 1 – Unidade 2)

Então agora vai muita informação (...) [Em] 45 [dias] vai o poli dimensional, depois o PIA, e já na sequência um RTA [Relatório Técnico de Acompanhamento]. (...) No máximo quatro meses, três relatórios praticamente. O duro é a gente dar conta, na parte prática, dessa produção. (...) Não é só isso que a gente faz, ainda tem muitas coisas pra fazer. O atendimento, né, que você tem que respeitar, você não pode tirar o menino de qualquer jeito lá de dentro, tem os horários das atividades, então é tudo muito justo por conta dessa carga que é mais demanda de serviço, né, pra informar o fórum de como está esse menino. (Assistente Social 1 – Unidade 1)

É interessante notar que, no primeiro trecho reproduzido, a entrevistada apresenta o SINASE como o fator determinante e explicativo para o procedimento de elaboração e envio dos relatórios. Nos dois casos, a produção dos relatórios é formulada como um problema prático do cotidiano de trabalho.

A preocupação com a “qualidade do relatório” era vinculada, nas entrevistas, às cobranças do judiciário e ao risco de ter o relatório questionado ou negado pelo juiz. O trabalho realizado para evitar que essa possibilidade se concretize envolveria a produção de um *relato coerente* em que não há discordâncias, contradições ou “brechas”:

E o judiciário é bem rigoroso (...) Se a gente não manda [o relatório] eles cobram, né, eles oficial, se você não manda vem o oficial de justiça aqui na unidade, pra cobrar (...) Mas embasado naquela discussão, né? Se não vai cada pessoa falar uma coisa, né? Então tem que ser embasado na discussão, porque pra essas pessoas que tem uma opinião diferente, tem que se chegar a uma conclusão (...) Né? Então tem que tá de acordo, os pareceres, às vezes a segurança fala “ah, o menino dá problema na sala de aula”, aí a pedagogia fala: “Não, ele não dá problema na sala de aula”, então não existe, né, isso, então tem que ter uma conversa. (Psicóloga 2, Encarregada Técnica – Unidade 3)

Particularmente, quando você vai fechar um caso, subentende-se que você tem que ter, a equipe tem que estar coesa (...) Então assim, o juiz olha, se cada um falar na mesma linhagem, né, digamos assim, ele entende que (risos) tá tudo relativamente ordenado. (...) “Ah, vamos fazer de tal menino?” “Vamos”, aí tem divergências, discute um pouco o caso, cada um se posiciona, mas pra fazer e se fechar, esse todo aqui tem que estar bem razoável, né, o conteúdo descrito, bem mais coeso, pra quem olhar e falar “opa, essa equipe fez um trabalho” (...) Então, se o promotor pega e olha, aí bate aqui na conclusão, né? (...) Então assim, quando, é de novo que eu tô falando no conteúdo de relatório, quando o relatório vai e deixa brecha pra dúvida, o que o juiz fazia em São Paulo? Mandava a equipe dele chamar a família e o menino, pra conversar uma única vez. (Assistente Social 1 – Unidade 1)

Há, assim, a percepção da necessidade de sustentar, no relatório, a *impressão* sobre o trabalho realizado na unidade. O relatório não é visto exclusivamente como apresentação de informações sobre o adolescente, mas, também, como apresentação da própria instituição. Nesse sentido, a “coesão” e a “coerência” produzidas no relato são referidas ao trabalho da equipe e não ao adolescente.

Para refletir sobre essa formulação do relatório como instrumento de avaliação do trabalho desenvolvido pela equipe na unidade, cabe retomar as noções de

“fachada” e “bastidor” desenvolvidas por Goffman (1990) e mencionadas anteriormente. Essa preocupação indicada pelos funcionários pode ser interpretada se considerarmos a atividade de produção dos relatórios como um exemplo de performance de equipe. Dessa forma, o relatório “para fora” integraria o trabalho de manejo das impressões relativas à fachada institucional. Ainda que possam haver discordâncias nas avaliações produzidas sobre o adolescente, no momento de escrever o relatório os funcionários operam como equipe da encenação e precisam “conversar”, “resolver”, “chegar a uma conclusão” para sustentar a definição de situação institucionalmente desejada. Conforme elabora Goffman (1990, p. 92-93), discordâncias entre os membros da equipe diante da audiência (no caso, o juiz) embaraça a realidade sustentada na performance. Nesse sentido, a apresentação de uma posição pública pode precisar ser postergada até que a posição da equipe tenha sido definida. A encenação de uma definição de situação institucional envolveria, assim, a produção da impressão de unanimidade entre as posições dos membros e o ocultamento de que os membros não chegaram a elas de maneira independente.

Novamente, o objetivo de empregar esse enquadramento teórico para interpretar a forma como os funcionários formulam a atividade cotidiana de elaboração dos relatórios, não é destacar o caráter falso ou mentiroso dos relatórios. Conforme indicado anteriormente, a possível contradição entre o relato e o que “realmente aconteceu” nas interações dos funcionários com os adolescentes só interessa na medida em que emerge como preocupação nativa. Ainda que os funcionários indiquem a percepção de que algo é construído no ato de relatar e elaborar o documento, a necessidade de produzir um relato coerente pode ser concebida tanto como um meio de representar o que *realmente* foi o trabalho da equipe quanto uma forma de ocultar informações desacreditadoras sobre a unidade. O que eu gostaria de destacar como relevante é a existência da *preocupação* com a sustentação de uma *impressão coerente* para o juiz e a vinculação dessa impressão ao trabalho dos funcionários e à instituição.

Manutenção da ordem interna da unidade

A partir do que foi apresentado até o momento, é possível dizer que a produção dos relatórios para o judiciário figura entre as preocupações que orientam as atividades diárias dos funcionários. Nos relatos das entrevistas, as descrições das atividades cotidianas eram também acompanhadas por outro tipo de preocupação: o manejo dos adolescentes e a ordem interna da unidade.

O adolescente chegou hoje, então você vai observando, no dia-a-dia, como ele é, e vai observando também as anotações no livro de ocorrências do coordenador, porque lá tá tudo registrado, tudo que acontece é registrado: se alguém se ausenta, se tem saída, se em uma sala de aula sumiu um lápis (...) A gente fica o tempo todo acompanhando pra ver o que eles estão fazendo, né, porque eles têm o espaço aqui, então eles ficam tranquilamente, né? Mas eles nunca circulam sozinhos, sempre tem um funcionário ali acompanhando eles. (...) Ai terminando esse curso quinze pras seis, que finaliza, eles sobem pra quadra, onde é chamada a formação, que eles sentam naquela posição, né, em fileira atrás do outro, por quarto, aí fica um funcionário dentro da quadra e um no portão da quadra e os outros ficam uns dois pra fazer a revisão dos adolescentes. Revisão corporal, né, pra ver se não tem alguma coisa escondida na roupa, e depois vão pros seus dormitórios. (...) Ai no período noturno, né, terminou mais ou menos dez e meia termina a atividade noturna, né, que são os jogos ou alguma coisa, eles sobem pros dormitórios, fazem a revista corporal novamente (...) Ai os funcionários ficam fazendo rondas pelos quartos, aí o coordenador ele descola, vamos supor, dois vai fazer na quadra, dois vai fazer no piso térreo, dois ficam nos quartos olhando, porque apesar de estar a luz apagada, às vezes tem algum adolescente ou outro que aproveita esse momento pra fazer alguma coisa errada. (Agente de Apoio Socioeducativo 1 – Unidade 2)

A gente procura saber exatamente o que tá acontecendo no dia-a-dia, às vezes a gente vê o adolescente, a gente sabe como que tá o comportamento dele, se ele tá muito quieto, se ele tá muito agitado, a gente já em pouco tempo a gente começa a observar muito isso, às vezes só pelo jeito do adolescente em um dia, como ele acordou, a gente já sabe se ele vai tá bem (risos). (...) Se ele tiver regular a gente já coloca especificação porque, se ele tiver, vamos supor, no refeitório, se ele tá bem, se ele conversa muito, se ele tenta passar alimentos, se ele tenta pegar alimentos, tem muito disso, né (risos)? Então a gente tem que tá sempre relatando isso aí, se ele exerce uma liderança sobre os demais adolescentes, tudo isso a gente tem que, porque tem adolescente que é complicado mesmo, ele chega querendo aparecer, querendo causar. (Agente de Apoio Socioeducativo 2 – Unidade 2)

Pra ele sair ele tem que passar por uma avaliação da equipe toda, tem que todo mundo concordar que ele tá apto pra sair, e a gente não quer colocar a

casa em risco nem os jovens em risco, se ele criar alguma dificuldade lá fora tem que tomar providências, né, de segurança, que aí prejudica a própria imagem da Casa, né? (...) Se é um menino que você percebe que, sistematicamente vem, né, se comportando de maneira errada, não participa, vem dando problema na casa, então ele tem sanções. Sanções é ele ficar num quarto, que são os dormitórios, mas não trancado lá o dia inteiro, ele sai pra fazer os cursos, sai pra fazer escola, só nas horas de lazer que ele fica no quarto pensando, refletindo. (...) Então às vezes o adolescente é um menino que toda noite dá problema na hora de dormir. Então o funcionário do agente socioeducativo, faz a informação, “olha, toda noite o menino dá problema na hora de dormir. Fica lá ventando”, que não pode ficar, ventando é na janela, “fica conversando e não pode conversar”, o menino deu problema no refeitório, trocou refeição, não sei o que, que não pode, a gente não tá, a gente não acompanha refeição, então tem momento que a gente não tá presente (Psicólogo 2 – Unidade 1)

Como é possível observar no trecho do agente que descreve parte da rotina institucional, os procedimentos de segurança estão presentes durante todas as atividades desenvolvidas na unidade¹⁰. A necessidade de sempre observar o que os adolescentes estão fazendo, nunca os deixar sozinhos, revistá-los, observar se eles estão muito “quietos” ou muito “agitados”, se estão “articulando” alguma coisa, são parte constante do cotidiano. Ainda que esse tipo de preocupação – que interpreto aqui como referente a “ordem interna” da unidade – estivesse particularmente presente no relato que os agentes da segurança faziam da rotina, como é possível observar nos trechos citados e como se verá a seguir, os profissionais das diferentes áreas têm como foco de atenção o comportamento do adolescente frente às regras institucionais. Psicólogos e assistentes sociais também atribuem relevância à informação sobre se o adolescente está “dando problema” na unidade, por isso a importância indicada nos trechos reproduzidos de manter um sistema de registro alimentado por todos os funcionários que contenha todas as “ocorrências” com os adolescentes.

¹⁰ Durante a pesquisa de campo que realizei para elaboração da dissertação de mestrado (ALMEIDA, 2010), esse aspecto da rotina institucional foi um dos fatores que destaco como mais significativos das observações na unidade de internação. O tema é desenvolvido em vários trechos da dissertação e a descrição dos procedimentos de segurança existentes na unidade investigada é detalhada na p. 139. Outras pesquisas em unidades de internação, também destacam os aspectos prisionais e os procedimentos de segurança: Cf. CARRERA, 2005; CORRÊA, 2007.

É possível dizer, portanto, que na elaboração de suas atividades diárias, os funcionários expressam duas ordens de preocupações: de um lado, a demanda excessiva de trabalho e as cobranças do judiciário e, de outro, a necessidade de lidar com os adolescentes e manter a ordem interna da unidade. Durante as entrevistas, a descrição das etapas da execução da medida na unidade era organizada a partir da produção da relatabilidade racional dos procedimentos adotados. Esse trabalho é compreendido aqui, conforme mencionado, como realização do imperativo de tornar as práticas relatadas compreensíveis e razoáveis pela evocação de seus contextos de significação. Analisarei a seguir de que maneira os funcionários, ao construir a plausibilidade das práticas desenvolvidas na unidade, elaboram as soluções práticas encontradas para essas preocupações.

4.1.2 Objetivos da medida como esquema interpretativo

De maneira geral, a apresentação dos procedimentos adotados no processamento rotineiro dos adolescentes na unidade era acompanhada por referências pouco específicas aos objetivos oficiais da instituição. A necessidade de fazer o adolescente “mudar de vida”, de “transformá-lo”, fazê-lo “evoluir”, mostrar para ele que suas escolhas são ruins, garantir que ele não volte a cometer infrações no futuro, estava presente na fala de todos os entrevistados. Essa formulação nativa da teoria da medida como meio de transformar o adolescente e fazer com que ele não reincida na prática infracional é vinculada à teoria sobre o ato infracional quando os funcionários elaboram os limites da ação institucional.

Assim como no caso dos atores do fórum, a teoria nativa operante na explicação dos atos infracionais os vincula às condições de vida e ao “meio” em que os adolescentes vivem. Dado esse caráter “estrutural” da vinculação à criminalidade, a possibilidade de transformação promovida pela instituição é limitada pelo retorno do adolescente ao “meio” causador da infração:

É, e o meio, né, assim, a primeira vez que ele veio pra Fundação ele tava num território de alto índice de marginalidade, a questão assim, vermelho de tão grave, né? E aí, assim, como esse menino já tá mais que identificado com isso, né? E aí eles vão se envolvendo e vai aumentando a gravidade, eles geralmente começam com tráfico e depois vem pro roubo, né? (...) Então assim, o que ele mais recebeu é negligência, foi violência, sempre, os direitos dele nunca foram garantidos. Então ele também não consegue nem identificar, por mais que

demonstre arrependido, chore, esse arrependimento não é um arrependimento assim, sabe, é de tá aqui preso, e é uma coisa que é totalmente contra (risos), que é a ordem, né? Porque lá aonde eles vivem não tem ordem, né? (Assistente Social 2 – Unidade 1)

Tem que ter um suporte familiar, né, uma mãe que cobre, o meio onde ele vive, se ele convive com droga e sai, continua no mesmo lugar, com os mesmos colegas, da mesma rua, na mesma comunidade, eu acho que fica difícil pra ele mesmo mudar de vida, né, mesmo com a gente incentivando, de repente ele sai daqui cheio de interesse por fazer alguma faculdade ou ter algum emprego, mas quando ele sai, ele se depara com toda aquela realidade problemática da vida dele novamente. (Agente Pedagógico 1 – Unidade 3)

Então é complicado, e ele vai voltar pro mesmo lugar, ele acha que aquilo é normal, que aquilo é comum, né, que roubar é normal, que matar, que morrer, então tudo isso pra ele é muito comum, é muito simples. Porque realmente ele nasceu vendo aquilo, entendendo que aquilo lá é o certo, o pai, né, fazer, a mãe fazer, os amigos, todo mundo na região de moradia, nós somos os errados, então tem a lei deles lá e ele lá nasceu entendendo que era daquela forma. Então como você muda? Não tem esse poder de mudar a cabeça de uma pessoa desde que ela nasceu, daquele jeito, né? Então é complicado, eu falo, quando os meninos chegam pra gente é muito difícil, porque ele já teve uma vivência de 18 anos (Psicóloga 2, Encarregada Técnica – Unidade 3)

De maneira semelhante ao raciocínio empregado pelos juízes do DEIJ, os funcionários elaboram o ato infracional como consequência da exposição prolongada do adolescente a um meio no qual o crime, a droga, a falta de ordem são normais. A impossibilidade de garantir que, com a medida, o adolescente não irá cometer novos atos infracionais é atribuída à “realidade” para qual ele retornará, construída como fator externo, objetivo e determinante de suas escolhas.

Considerando que a unidade é a instituição em que a medida de internação é executada, a teoria formulada pelos funcionários sobre os objetivos da medida opera também como construção do esquema formal da instituição: o objetivo da medida de internação é também o que as unidades oficialmente realizam. Retomando a perspectiva desenvolvida no capítulo 1 no que diz respeito à abordagem etnometodológica das organizações, a proposta envolve conceber a estrutura

formal elaborada pelos membros da organização como esquema interpretativo. Assim como no caso da análise do Fórum Brás, o interesse é investigar como o esquema formal é ao mesmo tempo pressuposto e produzido no seu emprego para tornar as atividades e procedimentos institucionais compreensíveis e racionais. Conforme destacado, essa é também a proposta de Goffman (1991, p. 81) na análise dos objetivos oficiais das instituições totais como “chave de significado” ou uma “linguagem de explicação” para os seus procedimentos.

Ainda seguindo as indicações do autor, gostaria de propor a utilização desse enquadramento para interpretar a forma como os funcionários entrevistados elaboravam o sistema de “fases” ou “cores” utilizado para organizar o processo da execução em etapas pelas quais o adolescente passa a partir da avaliação de seu comportamento. De alguma forma, esse procedimento pode ser aproximado do sistema de privilégios que Goffman (1991, p. 53, 54) formula como um modo de organização peculiar às instituições totais cuja consequência é a obtenção de cooperação de pessoas que não têm razão para cooperar. O autor propõe que a linguagem que elabora esse sistema seria um exemplo do uso dos objetivos oficiais como esquema interpretativo.

Nas quatro unidades pesquisadas havia algum sistema desse tipo: três delas organizavam a medida em etapas denominadas “fases” pelas quais o adolescente avança ao longo do período da internação; e a quarta tem um sistema de pontuação organizado em cores que indicam a situação do adolescente na medida¹¹. Nessa unidade, havia um quadro afixado na parede de uma das áreas de circulação dos adolescentes com o nome de todos eles, os dias do mês e as cores que eles receberam nos dias e no mês. Em todas as unidades, assim que o adolescente é inserido na instituição ele é informado sobre o funcionamento desse sistema e sobre sua vinculação aos relatórios enviados ao juiz e à liberação da unidade. Dependendo de sua “evolução na medida”, o adolescente progride nesse sistema até a liberação.

Se o adolescente tá bem ele tá verde, com algum probleminha cinza, amarelo e vermelho. Então vamos supor que ele fez alguma coisa que pegou um

¹¹ Géraldine Bugnon e Dominique Duprez (2010, p. 167) mencionam um sistema semelhante implementado pelo Degase (Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro). Esse sistema estabelece pontos que o adolescente pode receber caso cumpra as exigências do cumprimento da medida, como frequência a aulas e cursos e respeito às regras da unidade. Os pontos recebidos podem permitir certos privilégios e, ao longo do tempo, a possibilidade de ser liberado da unidade.

vermelho. Aí a gente tem que colocar no relatório e saber por que ele fez aquilo, entendeu? Aí tem que tá acompanhando, tá sempre registrando. Mas também coisas boas, né, se o adolescente teve uma saída, teve um bom comportamento, que teve um adolescente uma vez que separou a briga, ele era bem pequenininho, e os dois meninos que iam brigar era grande, aí foi pro relatório dele também que ele teve uma atitude muito digna, assim, de não deixar os adolescentes brigar. (...) Então é tudo, o dia-a-dia dele mesmo, se ele às vezes tá bem no convívio com os outros adolescentes, tá bem no quarto, mas na escola ele não tá indo bem, de repente ele pode pegar uma corzinha aí por causa de às vezes o adolescente a gente chama a atenção, “ah, não quero fazer hoje” “você sabe que você vai se complicar”, então é isso aí. (...) O amarelo é uma cor de alerta, e o vermelho pode ser que ele fique aí uns três meses a mais. (Agente de Apoio Socioeducativo 2 – Unidade 2)

As fases iniciais são descritas pelos entrevistados como mais “disciplinadoras”, em que as regras são mais “rígidas”, seria o momento em que o foco é o adolescente cumprir as regras e normas de convivência, “reconhecer o que ele fez de errado” (Assistente Social 3 – Unidade 3), de se arrepender pelo ato infracional. Já nas fases finais, os adolescentes teriam mais “liberdade” e algumas “regalias”¹²: corte de cabelo, poder receber mais alimentos e fotos da família, participar de atividades externas e eventos culturais¹³. O que determina a passagem de uma fase para a outra é o comportamento do adolescente. Cada fase tem um tempo de duração e no final desse período o adolescente é avaliado e, “se estiver tudo certo” e houver vaga ele vai para a fase seguinte:

Não, assim, se ele fez alguma coisa errada ele tem uma pontuação negativa. Se ele tá se comportando bem é obrigação dele, porém se ele fizer alguma coisa pra ajudar, ele recebe um elogio, que ele ganha semanas com isso aí. Ele

¹² Conforme destacado, a pesquisa de campo de minha dissertação de mestrado foi realizada na unidade 3. Nas conversas informais com os funcionários da unidade, obtive uma descrição semelhante, mas mais detalhada das “regalias”: “Na fase da progressão os adolescentes possuem algumas ‘regalias’: podem deixar o cabelo crescer (enquanto na fase inicial todos têm o cabelo raspado) e usar gel, podem usar tênis quando saem da unidade (na fase inicial os adolescentes usam chinelos sempre), os adolescentes não precisam andar sempre “formados” (com a mão pra trás e em fila indiana).” (ALMEIDA, 2010, p. 126).

¹³ É interessante notar que o tipo de “regalias” descritos compartilham da característica dos privilégios em instituições totais destacada por Goffman: vistos do ponto de vista da vida externa à instituição, os privilégios traduzem somente a ausência de privações.

fez alguma coisa boa, no centro então ele ganha elogio, ele ganha semanas, ganha bolo de dia do aniversário do mês, ele ganha corte de cabelo, entendeu, tem alguns benefícios. (Agente de Apoio Socioeducativo 1 – Unidade 1)

Se ele não tiver problemas de comportamento, de desrespeito de normas de convivência, de desinteresse, e aí a gente explica que é esse o procedimento, que nos primeiros 45 dias a equipe de referência vai tá observando realmente a adaptação dele na unidade. Então se ele se adaptou às normas e regras, se ele respeita, se ele tem interesse, assim, e disponibilidade de participar das atividades pedagógicas (...) Com dois meses depois que ele passou pra fase dois. Mais dois meses ele vai pra fase três, e mais dois meses vai pra fase quatro. Isso se ele tiver ok em tudo. Se ele tiver, por exemplo, um relato de desrespeito ao funcionário, desrespeito à norma de convivência, agressão com outro adolescente, não tá participando de atividade pedagógica, apesar da insistência se recusa, tal, dá problema em sala de aula, e ele tem no nome dele registrado um número de ocorrência, ele vai perder semanas pra passar de programa, então atrasa a medida dele (Psicóloga 2 – Unidade 1).

O que fundamenta, portanto, a possibilidade de avançar nas “fases” ou “cores” é a obediência às regras da unidade e a “disponibilidade” do adolescente em participar das atividades propostas. É interessante observar que na forma de construir a avaliação que se faz do adolescente, não há distinção entre o respeito às regras da unidade e a postura ou desempenho nas atividades pedagógicas, a avaliação de ambos opera como fundamento para avançar ou não no sistema de fases.

Na elaboração que os funcionários fazem desse processo, os objetivos oficiais da medida são empregados como esquema interpretativo e a “evolução” do adolescente nas fases é formulada como *evidência de sua transformação*. Como é possível observar nos trechos a seguir, a avaliação do adolescente envolve a operação de interpretar o seu comportamento *na* unidade como índice de transformações de seu comportamento fora da instituição:

Como aqui é uma casa que você não toca no menino, eles no começo a gente passa as regras então, em um primeiro momento eles vão achando que eles vão conseguir desestabilizar o ambiente, com o tempo eles começam a criar uma defesa tipo assim “eu vou fazer isso porque eu quero ir embora” só que

a partir do momento que eles assumem esse posicionamento começa haver a mudança interior, em vez de ser um apenas “eu faço pra ir embora” ele acaba realmente se tornando, vivenciando aquilo porque ele começa a ser visto de uma maneira positiva então ele acaba tornando aquilo como parte da vida dele e aí acontece a transformação, né? (...) Através do interesse dele é que eu vou saber se ele vai ter uma base pra atingir isso e começar a incentivá-lo a criar esses instrumentos pra que ele possa atingir os objetivos dele, né, até de uma maneira de mostrar pra ele que o estudo é importante em qualquer situação de vida que ele esteja, seja privado de liberdade ou seja lá no mundo lá fora (...) então se ele tiver essa percepção é com certeza a ida do crime vai ser mais difícil. (...) A partir do momento em que você começa a ver a medida socioeducativa como não mais como no plano individual e sim como num social ela se altera porque na verdade você não está trabalhando só com o indivíduo, a medida socioeducativa não é só o indivíduo em si, mas sim a medida socioeducativa ela se volta para a sociedade de novo que é o objetivo primário: fazer com que esse menino ele seja, esteja dentro do que a sociedade espera dele. (Agente Pedagógico 1 – Unidade 2)

Como ele tá na medida é óbvio que ela é importante, né, porque a parte comportamental é muito importante pro adolescente, se ele não consegue se comportar dentro do centro, não consegue entender porque ele está aqui, porque ele está em um lugar como este, ele não demonstra condições, você acha que ele vai ter capacidade de seguir as regras sociais lá de fora? Né, aqui as regras existem pro adolescente compreender isso, que pra conviver com outros em sociedade existem regras e existem limites. Foi a falta de limites que os colocou aqui dentro. (...) Quando ele é menos relatado por pequenas coisinhas, já tá demonstrando alguma mudança. (Psicóloga 1 – Unidade 2)

O relatório também, então a escola, a gente, por exemplo, no PIA a gente percebeu que o menino é muito intolerante, então os combinados sociais ele nunca seguiu, porque a gente ligou na escola e a pessoa da escola disse ou porque ele é um menino que a gente percebeu nas primeiras semanas. Então a gente levou isso pro PIA. Depois dos três meses, quando a equipe se reúne, a gente diz: “Então, só que a gente pensou nessa possibilidade de jogos superativos pra essa sala porque a gente tem um número maior de meninos que não são tolerantes às regras e aos combinados sociais”. Então a gente diz pro juiz: “Nós temos esse diagnóstico, esse tratamento e esse resultado”. (...) A discussão de

caso [com o adolescente], eles sabem disso, e ele vai dizer assim, oh: “Eu fiz isso, isso e isso dessa forma. Nisso, isso e isso eu pequei”. Quando ele tem essa percepção da própria vida, é um sinal, assim, é um ganho admirável, porque não é simplesmente a pressa de ir embora, ele já entendeu que se ele fizer alguma coisa na sociedade vai ter consequências, boas ou ruins, e ficar privado de liberdade não é bom, então eles sabem que vai precisar ter essa noção total, assim. A minha liberdade acaba aqui porque a sua começa. Então até onde foi positivo ou foi negativo o que ele fez? Eles trazem, assim, e é com o passar do tempo que eles vão trazendo essas coisas. A pressa de ir embora, ela vai sendo preenchida, somada com essas percepções, assim, do que eu fiz, da auto avaliação (Agente Pedagógico 2 – Unidade 2)

A gente avalia qual é a percepção dos adolescentes em relação às regras, né, então você tem ele no meio, no grupo. Você tem ele sendo avaliado pelo corpo funcional, esse é o primeiro dado. Depois você tem o dado comportamental, muitos adolescentes aqui a maioria é de família pobre, a maioria (...) não tiveram fraude trocada toda hora, muitos aqui não foram alimentados de forma regular, não foram medicados e tem muito adolescente aqui que não tem costumes de tomar banho, de escovar os dentes (...). Aí você precisa fazer um trabalho dentro de que, de o menino poder entender como é que funciona esse processo, né, de higienização que as pessoas não vai aceitar que se o menino estiver sujo, se ele tiver fedido, se ele não cortar as unhas, entendeu, é um processo difícil esse é um outro processo que seria o “processo da questão da apresentação”. (...) Outro dado é a alimentação, tem muito menino que não sabe comer, não sabe mesmo! Coisas simples de pegar uma colher e comer, não sabe, como mastigar e tal e você precisa ensinar, você precisa falar “meu, não come assim”, “coloca menos comida na boca”, “isso fica ridículo, imagina você num restaurante”, então você precisa mostrar algumas coisas que ele não sabe, né, como se portar. (Agente de Apoio Socioeducativo 1 – Unidade 1)

Há um trabalho interpretativo, assim, de estabelecer uma continuidade entre o que acontece dentro da instituição e a vida fora dela, entre a unidade e outras instituições sociais (escola, família, trabalho). Por mais peculiares que sejam as regras da unidade (andar com a camiseta para dentro da calça, pedir licença para passar, não compartilhar alimentos nas refeições), é importante obedecer às regras da instituição porque o adolescente precisa seguir regras na sociedade; é preciso comer, falar e andar “direito” pois esse é comportamento esperado

fora da instituição. E quando o adolescente começa a conseguir “controlar sua ansiedade”, se auto avaliar, isso é indicativo de “transformação”, de que ele será capaz de entender que suas ações têm consequências quando sair da unidade.

Conforme indicado nos trechos reproduzidos, essa continuidade entre “dentro e fora” resultante da operação interpretativa de compreender os comportamentos do adolescente na unidade como índice de sua transformação, é usada como “chave de explicação” dos procedimentos institucionais para os adolescentes. Novamente, é possível propor uma aproximação com os argumentos elaborados por Goffman sobre as instituições totais e sua ideia de que a forma do staff lidar com os internos envolve sustentar uma tensão entre “dentro e fora” em que o significado de estar dentro não existe separado do significado de “sair” ou estar fora (GOFFMAN, 1991, p. 23). Assim, todo comportamento que o adolescente exibe na instituição é repreendido ou valorizado a partir da interpretação do que esse comportamento significa fora da situação institucional.

É interessante destacar ainda que essa operação interpretativa permite que todas as atividades e procedimentos da unidade se tornem oportunidades para a produção de evidências tanto sobre o adolescente e sua evolução quanto do trabalho realizado pela equipe. Isso porque as evidências de “transformação” são, ao mesmo tempo, evidências dos efeitos da medida.

4.1.3 “Nossa arma é a caneta”: relatório e tempo indeterminado na manutenção da ordem interna da unidade

Os objetivos oficiais da medida operam, portanto, como esquema interpretativo dos comportamentos do adolescente na unidade e chave de explicação dos procedimentos do sistema de fases. Conforme destacado, a vinculação desse sistema à liberação é informada aos adolescentes assim que eles chegam na unidade. Os adolescentes são informados e constantemente lembrados de que a submissão às regras institucionais e seu desempenho nas atividades são registrados, informam a produção dos relatórios e determinam a possibilidade de encerrar a medida. De acordo com os funcionários, os adolescentes não só compreendem o processo de avaliação e sabem que os relatórios vão para o juiz¹⁴,

¹⁴ Nas entrevistas que realizei na pesquisa de campo do mestrado com adolescentes que haviam cumprido medida de internação em unidades da Fundação CASA, a preocupação com o relatório foi formulada por eles nos relatos sobre suas experiências na instituição. Na descrição da rotina da unidade, eles sempre mencionavam o que era “bom” ou “ruim” “para o

como expressam ansiedade com relação a esse processo, em especial quando sabem que está próximo do período de ter o “conclusivo” elaborado:

Ninguém toca neles, mas se você falar “vai pro livro” [livro de registros da unidade] esse menino vai desesperar, porque ele sabe que aquilo lá vai ter prejuízo mais pra frente no relatório dele. (...) Então, eles gostam muito de perguntar, conversar com a gente que é referência, né, saber como que eles estão, porque nem sempre eles conseguem enxergar como eles tão. “Ah, senhora, eu tô bem, como é que eu tô?” (Agente de Apoio Socioeducativo – Unidade 2).

Eles [os adolescentes] ficam “mas vai passar?”, “a senhora tem certeza?” (risos), “com a senhora eu passo?” (...) A ansiedade fica na ponta, assim. E quando a gente fala assim: “Pronto, agora você tá apto já, a gente vai começar a fazer o seu relatório” “já tá pronto, senhora? Já tá pronto, senhora? Já subiu, senhora?” (risos), subiu é ir pro juiz, eles falam que quando sobe vai pro juiz, vai pra autoridade. (Psicóloga 2 – Unidade 1)

A gente sempre conversa com os meninos, né, aí tem todo um tempo de espera, aí a gente tem que trabalhar essa angústia, a gente até brinca que é a síndrome do RTC [Relatório Técnico Conclusivo] (risos), porque eles ficam extremamente ansiosos, né, são adolescentes, eles querem ir embora pra casa, né? (Psicóloga 2 – Encarregada Técnica – Unidade 3).

Se, por um lado, os funcionários precisam lidar com a ansiedade dos adolescentes gerada pela explicitação do processo de avaliação, por outro, essa “obsessão” dos adolescentes com o relatório pela sua vinculação à liberação, parece ser também um importante instrumento de negociação do comportamento deles na unidade. Conforme elabora uma entrevistada ao comentar sobre o medo que os adolescentes têm do que é incluído no relatório: “*nossa arma é a caneta*” (Agente Socioeducativa 2 – Unidade 1).

Essa possibilidade de utilizar o relatório para lidar com os adolescentes e garantir que seu comportamento estará de acordo com as regras institucionais é apresentada pelos funcionários quando formulam suas avaliações sobre o tempo indeterminado da medida. Como fica indicado nos trechos abaixo, é a possibilidade constante de aumentar ou diminuir a duração da internação a partir da ava-

relatório” e que “tudo vai para o relatório” (ALMEIDA, 2010, p. 132).

liação do comportamento do adolescente nos relatórios o que permite utilizá-los na negociação com os adolescentes:

Porque é aquilo lá, vou colocar um exemplo, “eu não vou repetir de ano mesmo, pra que eu vou estudar?”, “daqui um ano eu vou embora mesmo, não adianta o senhor querer fazer eu estudar”. Eu tenho um argumento, eu perderia meu argumento. “Estudando ou não eu vou embora daqui um ano”. Então eu tenho um argumento assim, “olha, você vai fazer o tempo da sua medida. Se em nove meses lá o seu relatório tiver com boas perspectivas, o juiz vai falar ah, ou não (Agente Pedagógico 2 – Unidade 4)

Porque aí ele saberia, né, que se ele aprontasse ou não aprontasse ele ia embora em determinado tempo. Então tem adolescente que chega que pode ir embora em seis meses, tem aquele que pode ir embora em três anos. Então eu acho melhor assim. Porque tem adolescente aí que é delito grave também, que ele sabe que em seis meses ele não vai embora, em um ano ele não vai embora, mas ainda assim ele tá fazendo tudo pra não fechar os três anos, entendeu? (Agente de Apoio Socioeducativo 2 – Unidade 2)

Porque eu acho que os adolescentes têm dificuldades assim, pensar na adolescência por si só, que é a fase, né, onde eles não sabem lidar muito com regra, limite, com autoridade, com uma série de questões. E aí você dá um tempo “ah, você vai ficar seis meses, daqui seis meses você vai embora”, ah, imagina, vai ficar as casas tudo viradas aí e os meninos vão aprontar “vou embora mesmo, não vai acontecer nada” porque eles não vão se preocupar realmente em refletir sobre as coisas que são importantes pro desenvolvimento deles, eles vão ficar meio no oba oba mesmo, é isso que acho que vai acontecer, acontecer dessa forma. (Psicóloga 1 – Unidade 1)

O tempo indeterminado e o relatório são, assim, percebidos como importantes instrumentos de negociação do comportamento do adolescente na unidade. Caso o tempo fosse determinado a priori pelo juiz que elabora a sentença, os adolescentes não cumpririam as regras e não fariam as atividades propostas na unidade e os funcionários “perderiam seu argumento”. O tempo determinado tiraria a motivação dos adolescentes para “mudar”, mas também poderiam fazer com que as unidades se tornassem “casas viradas”. Essa expressão, comum na

Fundação CASA, se refere à situação na qual os adolescentes fazem uma rebelião e assumem o controle da unidade¹⁵. Portanto, a indeterminação do tempo da medida é importante para fazer funcionar o sistema de prêmios e sanções e assegurar a ordem interna da unidade¹⁶.

A centralidade do esquema de definição do tempo de internação a partir da avaliação do adolescente para o funcionamento da unidade emerge quando observamos as formulações dos funcionários sobre as situações excepcionais em que esse esquema se torna inoperante. É o caso da situação relatada por um agente de apoio socioeducativo dos adolescentes que não têm família, não têm para onde voltar e daí “*não estão nem aí para o relatório*” (Agente de Apoio Socioeducativo 1 – Unidade 4). O descaso do adolescente com o relatório foi formulado como um “problema” pelo entrevistado por retirar sua motivação para o cumprimento das regras. Retomando mais uma vez a discussão de Goffman sobre as instituições totais, seria possível dizer que o caráter não voluntário do recrutamento nas unidades de internação é um mecanismo importante para o funcionamento da unidade. Caso o adolescente não queira ser liberado (como no caso relatado), todo o sistema de fases, a motivação para cumprir as regras e realizar as atividades propostas desaparece, gerando um problema para os funcionários.

Outra situação mencionada em que o esquema institucional se tornou inoperante foi o caso de um adolescente que teve seu relatório conclusivo negado pelo juiz e a decisão foi baseada exclusivamente na infração (latrocínio):

Eu fiz o trabalho com o menino aqui, tá todo o trabalho feito tá bonitinho, tá dois anos presos fez oito cursos de profissionalização, manda o menino embora “não, não vai embora. Porque ele matou, porque ele tem que cumprir pena”. (...) É muito difícil, não tem muito que falar pro menino. Você vai falar o que pro menino? “é sabe o quê que é...” “oh, é...” não tem o que falar. “Mas senhor eu não tô recuperado? O senhor falou que eu tô recuperado, você falou que era só

¹⁵ Sobre o conteúdo dessa categoria Cf. ALMEIDA, 2010 e MOREIRA, 2011. A descrição do funcionamento dessas unidades as associa às prisões comandadas pelo PCC, em que os próprios internos regulam o cotidiano e impõe as regras.

¹⁶ De maneira semelhante, Géraldine Bugnon e Dominique Duprez (2010, p.171) desenvolvem o argumento de que o relatório das equipes participa da manutenção da ordem na instituição em função da gestão da ordem interna não ser independente da duração da medida: “(...) a incerteza da duração da medida contribui assim amplamente com a produção da ordem no seio da internação”. Gilca Carrera (2005) também discute a utilização dos relatórios técnicos para manutenção da disciplina nas unidades.

eu cumprir essas metas que eu ia conseguir. Que eu tinha que fazer o curso de tal que eu ia conseguir, e eu fiz o curso. E a técnica me falou que eu tinha que mudar tal comportamento, que eu tinha que reavaliar tal conduta, eu reavaliei e agora senhor o que eu faço?”, “agora você espera, porque o promotor acha que você é bandidão”. Aí começa a reafirmar, reafirmar, o menino começa a perder esperança, começa a perder perspectiva (Agente de Apoio Socioeducativo 1 – Unidade 1)

Quando o juiz desconsidera a sugestão da equipe nos relatórios e decide manter o adolescente internado somente em função da infração cometida, os funcionários perdem os instrumentos para lidar com o adolescente. Se a liberação prometida não se realiza, a submissão às regras e a realização do proposto pelos técnicos perde o sentido. Esse caso pode ser interpretado como indicativo da importância de as equipes serem capazes de prever a decisão judicial e a centralidade da infração nessa tentativa de antecipação, discutidas no capítulo 3. Nesse sentido, cabe destacar que alguns entrevistados mencionaram a infração como fator considerado na decisão de envio do relatório conclusivo:

Ah sim, isso conta também, né, a questão do ato. E aí é aonde também vai diferir essa questão do tempo, né, que a gente também tem aqui, por exemplo, se o adolescente, geralmente, a maioria dos casos é roubo, né, o ato infracional equiparado a roubo, e aí dá para se trabalhar em um período definido. Agora quando é latrocínio, quando é crime hediondo, aí já é um tempo maior, aí já são, é o PIA que vai ser trabalhado, né, aí já exige um tempo maior pra gente resolver. (Agente Pedagógico 2 – Unidade 4)

Sim, tem uma certa importância sim. Crimes considerados, tanto é que assim, a gente faz até uma prévia, porque crimes considerados de maior relevância têm um tempo maior, né, e o Judiciário também coloca isso, né? Pode-se impugnar o relatório do conclusivo pelo ato infracional que de repente se faz e em pouco tempo se sair. (Psicólogo 1 – Unidade 3)

Se assumirmos que a previsão da decisão judicial é importante para o trabalho desenvolvido nas unidades, é possível conjecturar que os funcionários utilizam o que eles compreendem ser o “tempo mínimo” necessário para que o

juiz aceite a liberação do adolescente (baseado na infração) como promessa na negociação do comportamento do adolescente.

4.1.4 “Frame trap”

Conforme elaborado, a operação interpretativa empregada na avaliação dos adolescentes consiste na interpretação dos comportamentos que eles exibem na unidade como índice de sua transformação para fora da instituição. Ao comentar sobre esse processo de avaliação, no entanto, os funcionários demonstravam uma preocupação com a *veracidade* dessa interpretação. Considerando que a vinculação entre o comportamento exibido e a liberação da unidade é explicitada para os adolescentes, os funcionários indicavam a importância de descobrir se esse comportamento é verdadeiro, se expressa quem o adolescente *realmente é* ou se ele está intencionalmente produzindo uma certa impressão *somente para ser liberado*¹⁷. Nas entrevistas, sempre havia a afirmação de que os adolescentes são “espertos”, que eles “mascaram”, fazem um “teatro” para parecer “bonzinhos”:

Ah, nossa, e como, porque o adolescente, muitas vezes, ele se comporta, principalmente quando chega, no primeiro trimestre, se comporta muito diferente, de acordo com o local e as pessoas. Então, com o setor técnico normalmente eles são uns docinhos (risos). Mas quem fica mais tempo com eles, né, 24 horas, é o setor da segurança. Então eles falam com propriedade do comportamento do adolescente, então às vezes a gente fala “nossa, mas não parece que ele é assim”, então às vezes o menino é maravilhoso com a assistente social, mas no convívio com os agentes de segurança, eles são outras pessoas, né? Então isso é muito importante, a discussão ela é muito importante pra o adolescente entender que todas as equipes se falam, então não adianta ele querer ser uma pessoa em momentos diferentes. (Psicóloga 1 – Unidade 2)

Então eles fazem de tudo pra ir bem os dois meses pra passar pra quarta fase, mas a gente fala pra eles “tá, vocês vão fazer”, tem um jeito que eles falam, uma gíria aí que eles falam, é pagar de bonzinho (risos), eles falam “pagar de

¹⁷ Juliana Vinuto Lima (2014, p. 104-105) também argumenta, a partir da análise dos relatórios, que há uma preocupação entre os funcionários em avaliar se a impressão emitida pelo adolescente é sincera e verdadeira.

bonzinho assim eu passo pro quatro, fazem meu conclusivo e vou embora”, (...) *ai quando passa quatro, tem alguns que mostram a imaturidade, que ainda não tá pronto. Porque eles ficam tão ansiosos, ai eles começam a revelar quem eles são, eles já não aguentam mais, né, ai você fala: “Ah, não vou fazer o conclusivo” Ai pra mim, nos atendimentos ele tá “não senhora, porque tô fazendo isso, tô fazendo aquilo”, ai eu faço as perguntas pra ele de como ele tá com a família, quem veio fazer visita, o que o seu pai falou pra você, o que a sua mãe falou, sua tia, sua vó, o que você achou do seu irmão vim te visitar e ficar chorando vendo você aqui, então tudo isso daí a gente tenta pegar pra ver se ele, né, mostra quem ele é. Mas tem menino que resiste, viu?* (Assistente Social 3 – Unidade 1)

Então eles tentam mascarar às vezes isso, sabe? Na sua frente eles aparentam que estão com bom comportamento e tal, mas em outras ocasiões tiveram outras ocorrências que eles aprontaram, né, porque tem adolescente que às vezes ele chega e ele tenta maquiagem um comportamento, pra ele conseguir ir embora. Só que no dia-a-dia, um exemplo, o adolescente fica desenhando cigarro de maconha, fica desenhando o símbolo da Town e Country, que antigamente era até uma marca, né, Town e Country, aquela que tinha o Yin e o Yang. Esse desenho é de apologia agora. Fica desenhando um palhaço, que é um símbolo do crime. Então isso são indícios que o adolescente não tá nem aí com a medida. Que ele tá fazendo aquilo que tem que fazer, mas quando ele sair daqui, lá fora ele vai aprontar de novo. Então, o adolescente com seis meses, com comportamento bom, cumprindo as normas, com esse tipo de, como que eu vou explicar? Por que o corpo fala, né, o corpo da gente fala, né? Então, ele pode tá fazendo um papel, mas na realidade, na conversa que você tem com ele você vê que não é isso que ele tá absorvendo. (Agente Socioeducativo 1 – Unidade 2)

Há, assim, um esforço por parte da equipe de tentar “desmascarar” o adolescente, fazer ele “mostrar quem ele é”. É interessante notar que, apesar dessa preocupação estar relacionada a falha potencial no esquema interpretativo adotado – existe a possibilidade de que o bom comportamento do adolescente não signifique que ele está *realmente* “transformado” –, a avaliação de que o adolescente está mentindo opera na mesma chave. O vínculo entre comportamento e transformação continua operando como pressuposto que permite atribuir sentido a ação do adolescente, ainda que na direção oposta. Caso o comportamento não seja evidência de que ele está se transformando, é evidência de que não está. Assim, não é só o descumprimento das regras institucionais ou falta de disposi-

ção para realizar as atividades pedagógicas que indicam a “não-transformação”, todas suas ações e atitudes são interpretadas como evidência desse processo. É preciso observar, assim, se ele se comporta da mesma forma com todos os funcionários ou se ele não está “muito ansioso” com o relatório conclusivo.

O que essa outra dimensão da operação interpretativa utilizada para avaliar o adolescente sugere é que há um quadro mais fundamental que é condição do emprego dos objetivos oficiais da medida como esquema interpretativo. É possível dizer que o processo da execução da medida de internação se inicia depois de encerrado o processo de produção do delinquente analisado por Cicourel (1968). Depois do adolescente ter sido definido como delinquente (ou “adolescente autor de ato infracional”), ele recebe a medida e essa definição se torna o *quadro* a partir do qual tudo o que ele faz é compreendido. Seguindo a proposta de Goffman (1991, p. 81), é possível dizer que o esquema interpretativo dos objetivos oficiais começa a operar assim que o interno entra na instituição, sendo a entrada percebida como evidência última de que ele é o tipo de pessoa para o qual a instituição foi feita. No caso da unidade, a necessidade de ser transformado, “mudar de vida”, “rever suas atitudes” etc. pressupõe a definição do adolescente internado como alguém cuja condição precisa ser alterada. E como esse frame é utilizado para compreender o que o adolescente faz, suas ações não podem contradizê-lo. Por um lado, se o adolescente faz o que é proposto pela instituição, segue as regras e faz as atividades, seu comportamento é interpretado como evidência de que ele reconhece que o que ele fez é errado, de que ele precisa “mudar de vida” e rever suas escolhas. Se utilizarmos o enquadramento proposto por Goffman (1991, p. 169, 170) na sua discussão sobre os ajustamentos primários e secundários, é possível dizer que ao se engajar nas atividades tal como proposto pela equipe, o interno estabelece visivelmente sua aceitação da concepção de si oficialmente disponível. Por outro lado, ainda que seja importante que o adolescente queira ser liberado, se os funcionários compreendem que suas ações são motivadas por esse fim ou se ele demonstra “ansiedade”, essas ações serão interpretadas como evidência de que ele “não está pronto”.

Esse raciocínio que permite utilizar a performance do indivíduo em um espaço para avaliar (corroborar ou contradizer) sua performance em outro espaço é semelhante ao que Goffman (1991, p. 41) chamou de *looping*. Entre os tipos de mortificação do self do interno caracterizados pelo rompimento da relação usual do indivíduo com seus atos, o *looping* descreveria a agência que cria uma resposta defensiva por parte do interno e utiliza essa mesma resposta para o próximo ataque. Enquanto na sociedade civil, “a segregação de papéis e

audiências impede que as confissões e reivindicações implícitas que o indivíduo faz sobre seu self em uma cena de atividade sejam testados contra sua conduta em outros ambientes” (GOFFMAN, 1991, p. 41), nas instituições totais as esferas da vida não são segregadas e tudo que o interno faz pode ser registrado e usado contra ele em outras situações para tirar implicações para o seu self. No caso dos adolescentes, se ele se expressa de maneiras diferentes nos diferentes ambientes (pátio, sala de aula, atendimento com as técnicas), essa “contradição” é usada na avaliação como evidência de que ele não está verdadeiramente transformado. A sua atitude positiva (ser “bonzinho”) é tida como a impressão fabricada e desacreditada pela atitude negativa exibida em outras situações.

Esse tipo de procedimento interpretativo pelo qual as reações do indivíduo à sua situação são interpretadas como evidências dessa mesma situação descreve também a noção de *frame trap* proposta por Goffman (1974). O exemplo típico dessa situação usada pelo autor é o de pacientes mentais em hospitais psiquiátricos, em que as reações do paciente à institucionalização podem ser interpretadas como sintomas de sua doença mental e, portanto, fundamento que justifica a institucionalização:

A acusação de insanidade funciona de forma semelhante, transformando as re-demonstrações em sintomas. De maneira mais delicada, a discordância de um analisando com a interpretação fornecida (seja aberta ou tacitamente) pelo terapeuta pode ser lida pelo último como resistência, uma condição psíquica que tem o poder miraculoso de transformar discordâncias verbais com o terapeuta em evidência de que o terapeuta está certo. (...) todos os relatos liberam mais um exemplo da explicação que estão tentando contradizer (GOFFMAN, 1974, p.482, tradução minha)¹⁸.

A ideia de que se trata de uma “armadilha” (*trap*) se deve à impossibilidade de o indivíduo contradizer a definição de si fornecida pelo outro. Suas ações que expressam discordância com essa concepção são interpretadas como evidências dessa mesma concepção e, portanto, justificativa para o tratamento dispensado para pessoas definidas dessa maneira.

¹⁸ No original: “The accusation of insanity functions in something of the same way, transforming remonstrances into symptoms. More delicately, an analysand’s disagreement with the interpretation provided (whether openly or tacitly) by the therapist can be read by the latter as resistance, a psychic condition which has the miraculous power of transforming verbal disagreement with the therapist into evidence that the therapist is right. (...) every account releases a further example of what it tried to explain away”.

Como vimos, portanto, os funcionários entrevistados formulam como problema prático do processo de avaliação do adolescente, a necessidade de conseguir reconhecer se o adolescente está *realmente* transformado pelo emprego de estratégias para “desmascará-lo”. A concretização dessa possibilidade – de o adolescente estar “mentindo” e agindo de acordo com o que é exigido somente para ser liberado – é formulada, por sua vez, como um dos fatores que explicam os limites da ação institucional. Se o adolescente volta a cometer infrações depois de sair da unidade é porque ele criou um “personagem” na unidade para conseguir ser liberado e, ainda que os funcionários possam reconhecer a estratégia, “não tem o que fazer” porque o adolescente fez o que devia e “cumpriu a medida”:

Agora precisa ver se realmente ele tem evoluído, porque o menino já falou várias vezes pra gente, “não, pra mim já era, já deu minha cota”, essa conversa, “eu já fiz 18 e tal”, fica uma semana na rua e vai preso de novo. Aí você fala, nossa, um rapaz que tava tão ali, que foi tão direitinho nos cursos. Aí não sei se volta pra mesma unidade ou que, não sei, já tá lá esperando, é tudo conversa e tal, uns falam: “Não, o meu tá lá fora, então vou andar tudo certinho porque eu quero” (...) Eu estou fazendo o meu trabalho direito, entendeu? Só que o crime já tá instituído no menino, então às vezes a gente não consegue quebrar isso. É aquilo que eu te falei, ele vai evoluir do jeito que ele quer porque ele sabe que o relatório dele vai sair, só que saiu na rua, já virou criminoso de novo (Agente Pedagógico 2 – Unidade 4)

Sabe, tipo não coloco uma vírgula a mais ou a menos do que eles fizeram, tanto que pra você colocar no relatório, “ai, porque tem hora que eu pego”, esse menino é um santo, o que ele tá fazendo aqui (risos)? Porque frequenta tudo, tem um ótimo relacionamento, pa pa pa pa, não, tem alguma coisa errada. (...) Mas assim, pra observar o que ele tá pronto pra sair, é assim, é muito complicado, porque existe, ele sabe que existe uma manipulação que é assim, “eu quero sair, então eu vou cumprir o que o juiz falou, eu vou fazer tal coisa e tal”, eu acredito que 80% ou 90 são assim. (...) Agora por isso que é o papel do juiz (risos), que tem que ver, e ele vai o que, dar a sentença, né? E acredito também que seja muito complicado pra eles, porque não é possível, né, o menino tá aqui há tanto tempo, cometeu um ato assim e tal, e de repente o menino virou um santo, que é isso que eles devem ver muito em muitos relatórios, né? Não é que ele virou um santo, é que aqui ele cumpriu a medida. (Agente Pedagógico 3 – Unidade 3)

Às vezes o menino, ele faz o quê, ele tem um personagem aqui dentro, talvez nem seja o que ele é realmente. Então, *independente de qualquer coisa, vamos supor, ele tá bem nove meses, o juiz libera, lá fora ele pode fazer o que for, né, mas aqui dentro ele teve uma conduta, assim, como se fala, super séria, entendeu? Fez o que ele tinha que fazer, foi pra escola, fez curso, fez isso, é educado, tudo o que ele precisa fazer ele fez, entendeu, então assim, é difícil prever se o menino realmente tá preparado pra sair em nove meses ou se ele tá fazendo que ele tá preparado e ele já sai, né? Aqui os meninos são mais estruturados, eles não são inconsequentes, eles já sabem muitas vezes como a Fundação Casa é, né, o que tem que se fazer pra se ter alguma coisa, então muitas vezes existem vários personagens aqui dentro.* (Agente Pedagógico 1 – Unidade 4)

Como é possível observar nos trechos reproduzidos, a explicação formulada para a possibilidade de falha no procedimento interpretativo adotado – em que o comportamento do adolescente indica sua transformação – não é direcionada aos limites do procedimento, mas à impossibilidade de transformar alguns adolescentes que exibem a criminalidade como condição permanente. A própria capacidade de manipulação é formulada como evidência de que o crime está “instituído” no adolescente, de que ele é “estruturado” no crime. Como demonstrarei no item dedicado à análise dos relatórios institucionais, essa categoria – “estruturação no crime” – é um recurso frequente nos procedimentos narrativos de elaboração das características do adolescente. Conforme argumenta Juliana Vinuto Lima (2014, p.159-160)¹⁹, essa característica é elaborada como uma condição definitiva do adolescente, indicando precisamente a impossibilidade de mudança e, portanto, um limite para a ação institucional. Durante minha pesquisa de mestrado (ALMEIDA, 2010, p. 129), essa categoria também foi formulada pelos funcionários na construção dos tipos de adolescentes e os “estruturados no crime” exibiriam certas características:

São inteligentes, espertos e manipuladores, mas irrecuperáveis, depois de cumprir a medida vão continuar “no mundo do crime”. Estes seriam também adolescentes que

¹⁹ Juliana Vinuto Lima foi uma das pesquisadoras que participou da coleta dos prontuários na Fundação CASA para elaboração de sua dissertação de mestrado intitulada “Entre o ‘Recuperável’ e o ‘Estruturado’: classificações dos funcionários de medida socioeducativa de internação acerca do adolescente em conflito com a lei” e finalizada em 2014. A autora também selecionou os relatórios técnicos como material para a pesquisa e realizou uma análise detalhada de seu conteúdo, buscando compreender como o adolescente em conflito com a lei é socialmente construído nas categorias e classificações utilizadas pelos funcionários das unidades de internação.

“não dão trabalho”, que são “ótimos cumpridores de medida”, dizem aquilo que os funcionários querem ouvir, se comportam de acordo com as regras e normas e, por isso, conseguem ser liberados rapidamente da unidade.

Essa categoria expressa, portanto, uma condição “estrutural” que impede os efeitos da medida. Seu emprego também pode ser interpretado como expressão do *frame trap*: a definição como infrator é, ao mesmo tempo, o pressuposto de que ele precisa ser transformado, permitindo que seu comportamento seja interpretado como evidência desse processo; e o que explica a eventual impossibilidade de transformação. Quando a sua condição como infrator é estrutural, a medida de internação é incapaz de transformá-lo.

Por fim, gostaria de propor que essa situação de *frame trap* a que o adolescente é submetido na instituição pode ser analisada como um dos mecanismos do que Michel Misse (2010, p.23) chama de “*poderes* de definição da situação”, empregado por ele para analisar os processos de interpretação que integram a construção social do crime²⁰. Conforme desenvolvido na introdução desse trabalho, ao não eleger as estruturas sociais como objeto ou fator explicativo da análise, a perspectiva etnometodológica e a desenvolvida por Goffman não permitem *explicar* as diferenças de poder, uma vez que não partem da existência de hierarquia entre posições objetivas. Compreendo, no entanto, que a análise da desigualdade nos efeitos e consequências das definições da situação em disputa, pode ajudar a refletir sobre os mecanismos de exercício do poder nas relações e interações sociais.

Como busquei demonstrar ao longo desse item, o processo de execução da medida nas unidades de internação envolve o emprego de uma operação interpretativa que sustenta a visão de que quanto mais submetido à instituição, mais

²⁰ Michel Misse (1999, 2008, 2010) tem proposto o emprego de operadores analíticos que permitam especificar os processos de construção social do crime. Para o autor, esse processo pode ser melhor compreendido em quatro níveis analíticos interconectados: “1) a *criminalização* de um curso de ação típico-idealmente definido como ‘crime’ (através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção); 2) a *criminação* de um evento, pelas sucessivas interpretações que encaixam um curso de ação local e singular na classificação criminalizadora; 3) a *incriminação* do suposto sujeito autor do evento, em virtude de testemunhos ou evidências intersubjetivamente partilhadas; 4) a *sujeição criminal*, através da qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um *tipo social* cujo caráter é socialmente considerado ‘propenso a cometer um crime’” (MISSE, 2008, p. 14).

preparado o adolescente está para sair dela. Ao interpretar o comportamento do adolescente na unidade como índice de sua transformação para fora dela, é possível avalia-lo e produzir o fundamento da decisão de encerrar ou não a internação. Como destacado, esse procedimento permite tornar todas as atividades e procedimentos da unidade em oportunidades para a produção de evidências sobre a transformação do adolescente e sobre o trabalho desenvolvido pela equipe. As explicações formuladas para os limites da ação institucional, para a não produção dos efeitos pretendidos, recorre a fatores estruturais vinculados às características do adolescente: por um lado, a medida pode não ter efeito porque, ao sair da unidade, o adolescente retorna ao “meio” causador da infração, onde as condições de vida são precárias e o crime é algo “normal”; por outro, o trabalho da equipe pode ser incapaz de realmente transformar o adolescente porque, em alguns casos, o crime se tornou uma condição estrutural do adolescente.

4.2 A PRODUÇÃO DO RELATO COERENTE: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS ELABORADOS PELAS EQUIPES DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO

Características do material e procedimentos de coleta e sistematização

Conforme indicado, parte do material da Fundação CASA analisado na pesquisa consiste em documentos institucionais, mais especificamente, os relatórios que integram as pastas e prontuários da instituição. Como apontado no início do capítulo, a escolha por apresentar a análise desse material separada da discussão sobre as entrevistas foi motivada, em parte, por ele não ter sido coletado nas unidades investigadas. O acesso às pastas e prontuários foi anterior à etapa da pesquisa nas unidades e foi possibilitada como desdobramento da pesquisa “*Adolescentes em conflito com a lei: pastas e prontuários do “Complexo do Tatuapé (São Paulo/SP, 1990-2006)”*” submetida e aprovada pelo edital MCT/CNPq 03/2008, coordenada por Marcos Alvarez e executada no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo em parceria com a Fundação CASA. O período selecionado pela pesquisa compreende os anos entre a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e o início da reestruturação da FEBEM-SP

(que passa a se chamar Fundação CASA²¹) marcada pela desativação do “Complexo do Tatuapé” iniciada em março de 2006 (ALVAREZ *et al.*, 2009, p. xi).

Partindo do objetivo geral de “reconstruir aspectos da história das instituições de controle social voltadas para jovens em conflito com a lei” (ALVAREZ *et al.*, 2009, p. xiv), realizou-se uma pesquisa quantitativa com informações sobre o adolescente, o tipo de infração e a medida aplicada²² e iniciou-se a coleta de informações para uma etapa qualitativa. A partir do universo de 115.639 prontuários arquivados no período de 1990 a 2006, foi selecionada uma amostra probabilística de 1.581 prontuários. A construção do banco de dados foi realizada pela coleta das informações em um formulário²³ elaborado e preenchido pelos pesquisadores (ALVAREZ *et al.*, 2009; ALVAREZ *et al.*, 2010).

As pastas e prontuários são documentos que contém o registro da trajetória institucional dos adolescentes. De acordo com Alvarez *et al.* (2009, p. xxi-xxii), sempre que um adolescente é apreendido pela polícia e encaminhado para a Unidade de Atendimento Inicial (UAI) da Fundação CASA, são produzidos um prontuário e uma pasta. O prontuário reúne os originais dos documentos produzidos no processamento do adolescente e permanece arquivado no Núcleo de Documentação do Adolescente (NDA). Já a pasta contém cópias dos originais e acompanha o adolescente enquanto ele estiver internado em unidades da Fundação CASA (sejam elas de internação provisória, semiliberdade ou internação). Caso, depois de liberado da instituição, o adolescente seja apreendido por um novo ato infracional e seja encaminhado novamente à Fundação CASA,

²¹ A mudança do nome da instituição foi efetivada pela aprovação da Lei Estadual nº 12.469, de 22 de dezembro de 2006 (ALVAREZ *et al.*, 2009).

²² Além dos artigos produzidos como resultado da pesquisa mencionada (ALVAREZ *et al.*, 2009; ALVAREZ *et al.*, 2010), a análise dos dados quantitativos também foi apresentada em outras publicações: Cf. OLIVEIRA; ALVARES, 2014, OLIVEIRA; VINUTO; ALVAREZ, 2014 e ALVAREZ; OLIVEIRA, 2015.

²³ Os itens do formulário dizem respeito a informações sobre o adolescente – sexo, cor, data de nascimento, naturalidade, endereço residencial, município de residência, filiação, profissão, escolaridade, uso de drogas – e sua família – se o adolescente convivia com o pai, a mãe e irmãos e as ocupações do pai e da mãe –; sobre o ato infracional – local da ocorrência, data da ocorrência, existência de co-participes e quais os atos infracionais de que são acusados –; e sobre a medida aplicada pelo judiciário – data da internação provisória, data da sentença, tipo de medida aplicada, se a medida foi concluída e a data da conclusão. Tendo em vista a existência de muitos adolescentes que passaram mais de uma vez por unidades da FEBEM/F. CASA ao longo do período analisado, para que essa informação não se perdesse, foi elaborado um formulário reduzido aplicado a partir da segunda “entrada” do adolescente. Nesse formulário mantiveram-se somente as informações relativas ao ato infracional e medida aplicada. Por este motivo, o número de formulários preenchidos é maior que o número de adolescentes ou de prontuários: 2.312 no total.

sua pasta e seu prontuário são reabertos. Geralmente esses registros contém os seguintes documentos²⁴: o boletim de ocorrência, registros do processo judicial, fichas com dados do adolescente coletados nas unidades, ofícios da FEBEM e do poder judiciário, guias de transferência do adolescente para outra unidade de atendimento, termo de entrega do adolescente e os relatórios de avaliação do adolescente produzidos pelas equipes e enviados ao judiciário. Os dois registros (pastas e prontuários) possuem documentos duplicados, mas as pastas podem conter ainda os “registros de atendimento” (produzidos a partir dos encontros realizados com os adolescentes e familiares nas unidades), alguns materiais de atividades pedagógicas e as fichas médicas dos atendimentos a que o adolescente foi submetido.

Com o objetivo de dar continuidade a etapa qualitativa da pesquisa mencionada, em 2012, o Prof. Dr. Marcos César Alvarez teve acesso aos 1.581 prontuários e pastas utilizados para elaboração do banco de dados. Em função dessa retomada da pesquisa, pude coletar as informações desse material (junto com outros pesquisadores²⁵) para realização de minha pesquisa de doutorado. Durante o ano de 2012 e o primeiro semestre de 2013, realizei visitas (de acordo com a minha disponibilidade) ao Centro de Pesquisa e Documentação (CPDoc) da Fundação CASA (localizado no antigo Complexo do Tatuapé) para registro do material. Devido a restrições impostas pela Fundação CASA, não foi possível realizar cópia ou registro fotográfico dos documentos dos prontuários, a coleta precisou ser realizada presencialmente e consistiu na transcrição dos documentos em arquivo digital. Como não era possível saber por quanto tempo teríamos acesso ao acervo, optei por fazer o registro completo das pastas²⁶ para garantir que os desenvolvimentos da pesquisa não fossem limitados pelo tipo de informação obtida. Fiz o registro do conteúdo de quase todos os documentos (boletim de ocorrência, transcrição das audiências, relatórios técnicos e registros de atendimentos em todos os casos), com exceção de parte dos ofícios (nesses casos, realizou-se o registro somente da data, órgão de expedição, destinatário e resumo do conteúdo).

Considerando que não havia tempo para ter contato com todos os 1.581 prontuários para selecionar os casos que seriam analisados, parti de uma pré-seleção realizada pelos pesquisadores que coletaram os dados quantitativos.

²⁴ Para uma descrição detalhada de todos os tipos de documentos que podem ser encontrados nas pastas e prontuários Cf. ALVAREZ et. al., 2009, p. xxii-xxiv.

²⁵ A coleta do material foi realizada junto com Thiago Oliveira e Juliana Vinuto Lima que realizavam, na época, suas pesquisas de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, também sob orientação do Prof. Dr. Marcos César Alvarez.

²⁶ Como as pastas contém mais documentos do que os prontuários, só utilizei os prontuários nos casos em que neles houvesse algum documento que não constasse na pasta.

Os pesquisadores responsáveis pelo preenchimento das fichas da análise quantitativa selecionaram dois prontuários por ano (considerando o ano da primeira entrada do adolescente na FEBEM) que julgaram interessantes para análise qualitativa, entre outras coisas, por se tratarem de prontuários completos (em que era possível reconstituir toda a trajetória do adolescente). A partir de uma pequena descrição elaborada por esses pesquisadores sobre os prontuários, alguns casos foram escolhidos para análise.

Nem todos os prontuários selecionados, no entanto, faziam parte desta lista. Alguns prontuários foram selecionados a partir do banco de dados e, nesses casos, foram utilizados dois critérios adicionais: o adolescente ter cumprido medida de internação e o ano de entrada na FEBEM/Fundação CASA. Isso porque não é preciso que o adolescente tenha passado por unidades de internação para possuir uma pasta ou prontuário. Ele pode ter passado somente pelas Unidades de Atendimento Inicial (UAI) – quando é aplicado ao adolescente a Internação Provisória – e depois ter recebido uma medida em meio aberto. No que diz respeito ao ano de entrada do adolescente na FEBEM, o objetivo era selecionar alguns casos mais recentes para verificar se havia alguma diferença substantiva no tipo e formato dos documentos produzidos ao longo do período. Em especial, considere relevante analisar alguns prontuários em que houvesse documentos produzidos depois de 2006, tendo em vista a reestruturação institucional ocorrida nesse ano. Foram selecionados 5 casos em que o ano da primeira entrada dos adolescentes era próximo a 2006 (ver quadro 1). Em dois casos, os prontuários contêm documentos produzidos em 2010. Os outros quatro casos são anteriores a 1999.

Ainda que a seleção não tenha sido orientada pela busca por representatividade (com relação ao universo de prontuários) ou pela necessidade de evitar vieses, cabe destacar que o conjunto de prontuários escolhidos exibe variabilidade interna nas características dos casos. Como é possível observar no quadro 1, no que diz respeito ao número de entradas, existem casos com somente 1 ou 2 entradas e casos com 7 entradas. O conjunto também contempla situações em que o adolescente recebeu a medida de internação logo na primeira entrada e outros em que a medida só foi aplicada depois de o adolescente já ter cumprido medidas em meio aberto. No que diz respeito ao tempo de internação, existem desde internações que duraram menos de seis meses até casos em que o adolescente passou mais de dois anos internado.

Informações dos prontuários registrados							Data de encerra- mento da internação
Entrada	Data da entrada (medida)	Idade	infração	medida aplicada	Unidade - Int provisória	Unidade	
Prontuário (A)							
1	05/06/1991	16	Roubo	Internação	UAP	UE16	24/06/1991
2	03/06/1993	18 - apreendido em 11/05/1993 com 17	Roubo	internação	SOS Criança - UAP 1	UE15	14/06/1993
Prontuário (B)							
1	22/08/1996 - transferido para a unidade em 31/12/1996	17 (15.05.1979)	Homicídio	internação	UAP 1	Internato de Itaquaquecetuba	08/04/1997 - progressão para LA
Prontuário (C)							
1	29/05/1998	15 (09/07/1982)	Roubo	internação	UAP6	Internato Encosta Norte	18/11/1998
2	28/07/1999 - inserido na unidade em 10/09/1999	16	Roubo	Internação	UAP 1	UE20 - transferido para UE5 (20/01/2000)	23/06/2000
Prontuário (D)							
1	14/12/1999	17 (14/12/1981)	Roubo	internação	UAP 1 (16/07/1999 - fuga em 19/09/1999 - UAP 6 - 08/10/1999)	UE 4 (UE 2)/ UE12 (16/04/2000)/ UE30 (12/05/2000)	28/01/2001
Prontuário (E)							
1	21/06/2005 - entrou na unidade em 28/06/2005	15 [14/06/1989]	Roubo (10 acusações contra)	internação	UIP 7 - Rio Paraná (foi custodiado em 26/04/2005, UIP em 06/05/05)	UI 22 - Ipê	13/02/2006 - progressão pra LA

2	03/07/2007	18 (tinha 17 na apreensão)	Roubo, tráfico e porte de arma	internação	UIP 11 (08/06/2007 - foi pra UAI em 05/06/2007)	UI 28 - Jatobá	19/06/2008 - progressão pra LA
3	09/10/2008 (data que recebeu a medida de internação na vara de aparecida)	19	Apreendido em 22/08/08 por um roubo de 21/05/2007	Internação (pedido de extinção)	UIP 11 (03/09/2008)	UI 37 - 29/10/2008	02/11/2008 (extinção)
Prontuário (F)							
1	16/08/2005	13 (01/03/1992)	Roubo	L.A. e P.S.C.	UIP 7 - Rio Paraná		
2	27/12/2005	13	Roubo	Internação	UIP 7 - Rio Paraná	UI 21 - Jacarandá	29/03/2007 - progressão para LA
3	24/09/2007	15	Roubo	Semiliberdade	UIP 7 - Rio Paraná		
4	21/05/2008	16	Roubo	Internação	UIP 7 - Rio Paraná	Internato Encosta Norte	03/03/2009
5	05/05/2009	17	Roubo	Liberdade assistida	UIP 11 - Rio Tocantins		
6	18/08/2009 (sentença em 26/06)	17	Roubo	Internação	UIP 11 - Rio Tocantins	Internato Encosta Norte	22/07/2010
Prontuário (G)							
1	03/07/2006	14 (01/1992)	Roubo (tentativa)	Liberdade Assistida	UIP 7 - Rio Paraná		
2	26/08/2008	16	Tráfico	Internação	UIP 6 - Itaparica	UI 36 - Rio Tâmisia	12/05/2009
Prontuário (H)							
1	31/05/2006	14 (01/1992)	Roubo	Semiliberdade - fuga em 17/11/06	UIP 10 - Rio Nilo		

2	16/03/2007	15	Tráfico	Internação	UIP 6 - Itaparica	UI 34 - Rio Sena	09/11/2007 - progressão para LA (busca e apreensão 07/04/08)
3	18/07/2008	16	Receptação / Roubo	internação	UIP 11 - Rio Tocantins	UI Paulista	
Prontuário (I)							
1	22/11/2006	14 (29/04/1992)	Roubo	P.S.C. e L.A.	UIP 10 - Rio Nilo		
2	22/02/2007	14	Roubo	Semiliberdade - fuga 06/03/2007	UIP 6 - Itaparica		
3	05/05/2007	15	Tráfico	Semiliberdade (fuga- 31/05/2007 - retorna) e P.S.C.			
4	06/07/2007	15	Furto	Internação sanção; semiliberdade (17/08/2007)	UIP 9 - Turiaçu	UI - Bom Retiro	
5	04/01/2008	15	Roubo	Internação	UIP 10 - Rio Nilo	UI 38 - Cedro	17/12/2008 - progres- são pra LA
6	30/01/2009 (UIP - fuga)	16	Roubo	(fugiu da UIP)	UIP 9 - Turiaçu		
7	14/05/2009	17	Roubo	Internação		UI Nova Vida	03/07/2010 - progres- são para LA

Como o foco da pesquisa passou a ser o processo de execução da medida de internação, decidi concentrar a análise nos relatórios técnicos produzidos pelas equipes das unidades. Na maior parte dos casos, os prontuários contêm três tipos de relatório: relatório inicial (geralmente elaborado na unidade de internação provisória e, portanto, antes da sentença), relatórios de acompanhamento (produzidos nas unidades de internação e sua quantidade varia de acordo com o tempo de internação) e relatório conclusivo (em que consta a sugestão de encerramento da medida). Ainda que a análise dos prontuários e pastas selecionados não permita falar sobre mudanças ou permanências ao longo do período (e nem é esse o objetivo desta pesquisa), cabe destacar que não identifiquei diferenças significativas no formato dos diferentes tipos de relatório nos prontuários analisados. Em três dos prontuários mais recentes, no entanto, consta o Plano Individual de Atendimento (PIA), documento que passou a ser incluído nos prontuários a partir de 2006. Em dois casos o PIA foi elaborado na unidade de internação provisória e substitui o relatório inicial e, em uma das passagens, o PIA foi produzido na unidade de internação, cinco meses após a entrada do adolescente na instituição. Ainda que esse tipo de relato seja mais extenso e apresente uma divisão por áreas diferente da existente nos relatórios iniciais (há, por exemplo, avaliações das áreas da segurança e da saúde, algo raro nos relatórios iniciais); os tipos de informação que ele contém são semelhantes aos dos relatórios. Por esse motivo, optei por analisa-los junto com os demais relatórios.

Somente cinco prontuários continham os três tipos de relatório para pelo menos uma das passagens do adolescente por unidades de internação. Considerando todas as passagens de todos os adolescentes, existem 8 casos em que constam o relatório inicial, o de acompanhamento e o conclusivo. Ao todo, foram analisados 19 relatórios iniciais²⁷, 18 relatórios de acompanhamento, 19 relatórios conclusivos e 3 PIAs.

4.2.1 O contexto prático dos relatos

Pontuar uma preocupação com o período em que os documentos foram produzidos, decorre da intenção de estabelecer aproximações interpretativas entre

²⁷ Tendo em vista que, na grande maioria dos casos, o relatório inicial é elaborado nas unidades de internação provisória, antes do adolescente receber a medida socioeducativa, optei por analisar os relatórios iniciais de todas as passagens dos adolescentes, mesmo quando a medida aplicada posteriormente pelo juiz não era internação.

a análise desse material e as informações obtidas nas entrevistas (realizadas em 2013). Conforme elaborado no capítulo 1, a rejeição da possibilidade de considerar os documentos oficiais fontes de informações objetivas *sobre* os objetos e eventos aos quais se referem, torna fundamental analisá-los a partir do seu contexto de produção e recepção, olhando para o próprio documento e para o trabalho envolvido em sua elaboração. Seria ainda possível argumentar que mesmo tendo buscado investigar documentos produzidos em um período próximo ao das entrevistas, persiste uma diferença significativa nos contextos envolvidos na produção dos relatos das entrevistas e dos relatos escritos dos prontuários e que isso não permitiria interpretá-los conjuntamente. O mesmo poderia ser dito sobre o fato das entrevistas terem sido realizadas em diferentes tipos de unidades de internação ou com profissionais de diferentes áreas de atuação na instituição. A possibilidade de minimizar o impacto dessas diferenças é resultado da operação interpretativa de afirmar que através delas, fala-se de uma “mesma coisa”. Conforme já indicado, a própria nomeação de um fenômeno a ser investigado implica pressupor um padrão que será utilizado como referência nas escolhas e decisões da pesquisa e na elaboração de interpretações sobre as informações. O que o foco nos procedimentos interpretativos dos atores permite, não é isentar o pesquisador da necessidade de empregá-los, mas conceber a análise como uma “construção de segunda ordem” (HERITAGE, 1992, p. 77), uma tentativa de construir interpretações sobre a (e a partir da) forma como os atores elaboram as suas²⁸.

Conforme indicado, não pude acompanhar as atividades de produção e recepção dos documentos envolvidos na execução da medida de internação. Não foi possível, portanto, observar os procedimentos empregados pelos atores para atribuir sentido aos documentos na construção de suas decisões ou mesmo de que maneira eles transformam as ocorrências da unidade em relatos escritos. Como se pode observar nos capítulos 3 e 4, busquei compreender, a partir das entrevistas, de que maneira os funcionários das unidades constroem as circunstâncias práticas das atividades de produção dos relatórios e como os juízes elaboram suas expectativas na leitura desses documentos. As entrevistas foram utilizadas, assim, para enquadrar os relatórios técnicos e produzir interpretações sobre

²⁸ Assumir que o que se afirma sobre os dados é necessariamente uma construção realizada a partir de um enquadramento específico não quer dizer que as interpretações elaboradas na pesquisa não possam ser contestadas ou, dito de outro modo, que qualquer interpretação seja possível. O emprego de um enquadramento alternativo pode tornar as diferenças indicadas significativas e contradizer a pertinência das interpretações propostas.

eles. Considerando que, assim como no caso dos prontuários médicos analisados por Garfinkel (1967, p. 199), os relatórios técnicos também pressupõem leitores competentes para “fechar” o sentido de seu conteúdo, capazes de mobilizar o conhecimento tácito que se assume compartilhar com os demais atores para interpretar o que o conteúdo “quer dizer”; não tive a pretensão de descobrir pela leitura desses relatos como os juízes decidem que as informações são evidências da situação do adolescente ou quais os fatores decisivos para sua liberação. Ainda seguindo as indicações de Garfinkel (1967, p. 199), não pretendo utilizar os relatos para descrever a ordem de interação das unidades. As interpretações que proponho partem do contexto prático dos relatos elaborado pelos atores em entrevista e direcionam o foco para forma como eles são construídos, buscando analisar como as informações são organizadas.

Considerando a perspectiva desenvolvida no capítulo 1 e a defesa de que os documentos institucionais sejam compreendidos como *relatos motivados* (RAWLS, 2003, p. 218), cabe destacar que os relatórios das unidades de internação – diferente dos registros da clínica investigada por Garfinkel – não são documentos exclusivamente “internos” direcionados principalmente aos demais membros da unidade. Diferente dos “registros de atendimento”, por exemplo, destinados ao controle interno dos encontros dos adolescentes com os técnicos (cujas informações são menos detalhadas e a forma de anotação é mais ocasional), os relatórios têm como propósito principal orientar a decisão judicial sobre a manutenção ou término da internação. Eles são, assim, um tipo de relato produzido para “fora” da instituição, que será utilizado por atores que não presenciaram as situações e interações descritas no relatório para produzir suas decisões. Conforme detalhado no capítulo 3, na grande maioria dos casos, a decisão dos juízes do DEIJ é feita exclusivamente pela consulta aos relatórios. É possível supor, assim, que o trabalho envolvido na produção dos relatórios – de maneira semelhante aos documentos analisados por Cicourel (1968) – envolve elaborar descrições convincentes do que aconteceu para justificar as ações da equipe e a decisão de sugerir ou não a liberação do adolescente. Como apontado anteriormente, Cicourel argumenta que a produção de relatos escritos e orais é decisiva no processo de *objetivar* os eventos e objetos envolvidos na produção do delinquente ao longo das diferentes etapas do sistema de justiça juvenil. De maneira semelhante, a construção dos relatórios envolve o trabalho de convencer os atores do Fórum de que há fundamentos suficientes e válidos para fazer inferências sobre “o que aconteceu” e decidir sobre a liberação do adolescente.

A necessidade de construir nos relatórios a razoabilidade das ações e decisões da equipe técnica tornando-as reconhecíveis e, portanto, justificáveis, é reforçada pelo contexto específico que informa a relação entre os juízes do DEIJ e a Fundação CASA. Os juízes elaboram a avaliação e a fiscalização do trabalho realizado nas unidades como parte de suas atribuições, e o consideram fator decisivo dos efeitos da medida. Para eles, os efeitos da medida dependem muito da qualidade do trabalho das equipes, o que varia entre as diferentes unidades. Além disso, há entre os juízes uma desconfiança de que o envio de relatórios conclusivos seja motivado pela necessidade da Fundação CASA de liberar vagas. O principal parâmetro adotado pelos juízes para controlar a “coerência” e adequação dos relatórios é a gravidade do ato infracional. Os funcionários, por sua vez, descrevem a atividade de produção dos relatórios a partir da preocupação prática com a possibilidade de ter o trabalho da equipe e o próprio relatório questionados pelos juízes. A importância atribuída por eles à “coerência” do relatório era referida principalmente à apresentação das medidas adotadas pela equipe e às opiniões dos diferentes profissionais sobre o adolescente.

Tendo esse cenário em vista, optei por assumir como ponto de partida para a análise dos relatórios que, além de apresentar uma avaliação do adolescente, neles está contida uma demonstração do trabalho realizado pelos funcionários, o que insere sua elaboração nas atividades de *accountability* institucional. Nesse sentido, é possível supor que a construção da relatabilidade racional da sugestão de liberação do adolescente ou manutenção da medida passa pela produção de evidências do trabalho desenvolvido pelos funcionários. A justificação da decisão de encerrar a internação envolve produzir o *fato* da transformação do adolescente como *efeito da medida*. A análise dos relatórios que apresentarei a seguir foi orientada pela tentativa de compreender *como* – pela utilização de quais procedimentos narrativos – esse fato é produzido na construção dos relatórios.

Por fim, cabe destacar que a proposta de concentrar a atenção na construção do relato e no que essa construção realiza, não visa ressaltar a *falsidade* das informações contidas no relatório. Conforme elaborado no capítulo 1, a abordagem empregada na presente pesquisa defende a relevância de tornar a percepção e a atividade de relatar um tópico de interesse em seus próprios termos, sem buscar avaliar a adequação do relato a partir da realidade a que ele se refere. Dito de outro modo, a investigação de como a relação de correspondência entre percepção e objeto percebido é construída pelos atores é diferente de avaliar a pertinência da relação de correspondência buscando, por exemplo, argumentar que as atividades descritas não descrevem o que realmente ocorre nas unidades.

4.2.2 Procedimentos narrativos dos diferentes tipos de relatório

Como indicado, nos prontuários foi possível identificar três tipos de relatório, produzidos em diferentes etapas da execução da medida de internação. A análise comparada dos tipos de relatório, buscando observar o tipo de informação incluído e a forma como o conteúdo está organizado, fez emergir diferenças significativas para compreensão dos procedimentos narrativos empregados.

4.2.2.1 Relatório Inicial: construindo o problema

Os relatórios iniciais são compostos principalmente por dois tipos de informação: características e trajetória do adolescente e de sua família; e evidências das causas que levaram o adolescente a cometer a infração. Como demonstrarei a seguir, os tipos de explicação do ato infracional construídos nesses relatos exibem atributos próximos aos das teorias nativas elaboradas pelos juízes e funcionários das unidades de internação nas entrevistas. Em alguns relatórios constam ainda informações sobre as “fontes” utilizadas para elaborar o documento (consulta a pasta técnica, observação do comportamento do adolescente e entrevistas), sobre passagens anteriores do adolescente, sobre as atividades que ele realizou na unidade de internação provisória, seu comportamento em entrevista e sugestões de medidas que devem ser adotadas no caso. Cabe destacar ainda que é comum haver semelhanças entre os relatórios iniciais das diferentes passagens do mesmo adolescente. Na grande maioria dos casos, a descrição da trajetória do adolescente é somente atualizada e a situação que explica a infração é reapresentada. Essa relação entre os diferentes relatórios iniciais pode ser um indicativo de que a definição da situação do adolescente construída no primeiro relatório é utilizada para interpretar os novos atos infracionais. Como será desenvolvido adiante, tal procedimento é facilitado pelo tipo de teoria do ato infracional elaborado nos relatos.

Todos os relatórios iniciais analisados contêm alguma caracterização do adolescente e de sua família, indicando ser este um item necessário desse tipo de relatório. As informações específicas que são incluídas, no entanto, variam nos diferentes casos. É frequente a inclusão de características que indicam “problemas” na vida e trajetória do adolescente e que, em muitos casos, são apresenta-

dos como fatores que contribuíram para o adolescente cometer a infração. É o que se pode observar nos exemplos a seguir²⁹:

A genitora compareceu para entrevista e relatou-nos que conviveu maritalmente com o Sr. [nome do pai]³⁰ durante 18 anos. Entretanto, o relacionamento foi conflituoso, pois desde o início ele mostrou ser extremamente ciumento e agressivo e fazia uso abusivo de etílicos.

Durante a gravidez do primeiro filho, a genitora passou por muitas privações, não sendo diferente na gestação de [nome do adolescente em questão].

O Sr. [nome do pai] levava uma vida muito desregrada e quando [adolescente em questão] contava com 06 meses de vida, o pai foi baleado. Estilhaços de bala ficaram alojados em seu organismo e aos poucos teve sua saúde fragilizada. Nesta época a família teve que mudar do bairro onde moravam – [nome do bairro] e foram para o bairro [nome do bairro].

Após o atentado, o Sr. [nome do pai] mudou de atitude, parou de beber, conseguiu trabalho fixo como motorista e tudo o que recebia empregava na construção da nova casa.

Seu trabalho oferecia flexibilidade de horário e assim tornou-se um pai presente que acompanhava a rotina dos filhos. A Sra. [nome da mãe] trabalha como camareira.

Há 04 anos o genitor faleceu em decorrência de complicações geradas por câncer no baço.

Com a morte do pai, os dois filhos mais velhos, [nome do irmão mais velho e do adolescente em questão], ficavam sozinhos e passaram a não acatar as orientações maternas.

A genitora, para conseguir atendê-los, pediu demissão do emprego, no entanto, o filho mais velho, [nome do irmão mais velho], já havia iniciado o uso de bebidas alcoólicas e envolver-se com más companhias, levando consigo o irmão [nome do adolescente em questão].

Para afastar os filhos do ambiente o qual estavam inseridos, a Sra. [nome da mãe] vendeu a casa e adquiriu outra no [nome do bairro], mas pouco adiantou,

²⁹ Nas transcrições *ipsis litteris* dos documentos apresentados neste item, optou-se por não indicar com o marcador [*sic.*] os erros de grafia ou construções que não estejam de acordo com a norma culta da língua portuguesa para evitar ruídos na leitura.

³⁰ Para garantir o anonimato dos adolescentes e de sua família, optei por omitir todos os nomes de pessoas ou lugares.

pois, segundo a mãe, [nome do irmão mais velho], continua bebendo e exerce sobre o irmão influência negativa.

A genitora descreve o jovem, apesar da influência do irmão, como bom filho e obediente. Está matriculado na 6ª série do ensino fundamental no CEU [nome] no horário das 7h às 12h, não usa substâncias entorpecentes e não faz uso de etílicos.

Da união com o Sr. [nome do pai], a Sra. [nome da mãe] teve três filhos: [nome do irmão mais velho, do adolescente e da irmã mais nova], hoje com 10 anos.

O grupo familiar reside em casa própria, composta por 02 quartos, sala, cozinha e banheiro.

A renda de R\$1500,00 é proveniente da pensão deixada pelo genitor e do aluguel de um imóvel.

O relacionamento familiar é descrito pelo jovem e genitora como tranquilo, exceto pelos problemas causados pelo mais velho.

Sobre o ato delitivo, o adolescente nega envolvimento, afirmando que, juntamente com o irmão, entrou no bar para tomar água e não viu se o mesmo realmente fez anúncio de assalto.

(Prontuário G – Relatório Inicial de 03/07/06)

No contato informou-nos a genitora que o filho estava bem no lar, no início de sua desinternação, porém observou que [nome do adolescente em questão] havia retomado o contato com as amigas de influência negativa. Procurou conversar, orientar, no entanto, percebia pouca disposição da parte do filho em obedecer às suas recomendações. Justificou o não comparecimento do filho na Liberdade Assistida devido ao seu trabalho.

Conta que [nome do adolescente em questão] trabalhou por 3 dias em lava rápido dentro do Carrefour, mas parou, acredita que seja por conta das amizades.

A Sra. [nome da mãe] relata que se encontra convivendo maritalmente com o Sr. [nome do padrasto] há cerca de 10 anos e possui duas filhas desta união ([nome das três filhas]). Possui outros três filhos de relacionamentos anteriores breves, dos quais dois sumiram ao receberem a notícia da gravidez sem saber o paradeiro dos mesmos.

O Sr. [nome do pai] pai de [nome do adolescente em questão] ao tomar conhecimento da gravidez, tomou conhecimento que ele foi para o estado [nome do estado] e não mais retornou desde então.

(...)

O relacionamento familiar foi mencionado como bom, referindo que [nome do adolescente em questão] aceita e gosta do padrasto, mas o mesmo não interfere diretamente na educação do enteado, mas procura aconselhar e orientar.

Reside a família em prédio invadido no endereço acima, ocupando um cômodo com banheiro, provido de água encanada e energia elétrica.

Com relação à [nome do adolescente em questão] a genitora conta que ele dá trabalho desde 2003 a 2004 referindo que sempre esteve presente, apontando que desde 7 anos, não a obedece, tentou leva-lo ao psicólogo, mas ele não parava no lar. [Nome do adolescente em questão] com 10 anos de idade passou a fugir do lar, ficando de dois a três dias fora de casa e na sua percepção quando se mudou para o prédio invadido no atual endereço o comportamento do filho piorou.

(...)

Afirma que já teve experiência laborativa como vendedor de balas em ônibus, como engraxate, tomando conta de carros e como ajudante em lava-rápido, não tendo ainda projetos de vida definidos. Questionado sobre o uso de drogas alega fazer uso de maconha desde os 13 anos, tendo também experimentado cocaína, crack, cola, tinner, lança perfume e êxtase, tendo iniciado seu uso por curiosidade, nunca fez tratamento de drogadição e não se considera viciado, sendo conveniente que receba tratamento para tanto.

Afirma que já vem mantendo contato com amizades inadequadas desde os seus 12 anos de idade, tendo conhecido as mesmas no bairro. [Nome do adolescente em questão] conta com 03 passagens por esta Fundação por roubo de celular, sendo a entrada atual também por roubo de celular, verbaliza que após sua última internação não estava cumprindo medida de Liberdade Assistida, pois sua mãe não compareceu para tomar ciência da medida, por não poder faltar no trabalho, verbaliza que estava há 01 mês sem cometer delitos.

Alega que já perdeu a conta de quantos roubos cometeu, tendo agido por várias vezes acompanhado de menores, alegando que nunca agiu armado, demonstrando certo envolvimento no meio infracional, também por conta destas amizades chegou a ficar morando nas ruas por aproximadamente 05 meses quando contava com 13 anos de idade.

Justifica seu ingresso na vida delitiva para conseguir dinheiro para comprar bens materiais e para se divertir, alega inclusive que chegou a ajudar seus familiares, mentia sobre a origem do dinheiro, falava que tinha pedido dinheiro.

Verbaliza que seus familiares sempre procuraram orientá-lo e nunca aceitaram que levasse nenhum produto de roubo para casa.

Sua criticidade encontra-se ainda deficitária, pois ainda não tem a noção dos malefícios que seus atos causaram tanto para si como para seus familiares e para terceiros, dando ainda mais valor para os prejuízos pessoais que tal ato trouxe.

O relacionamento familiar segundo o jovem é descrito como harmonioso podendo contar com o apoio e respaldo de sua genitora, que segundo ele se mostra disponível a auxiliá-lo quando da sua volta ao meio social. Notamos pelos relatos do jovem e pelos dados da leitura das peças que sua genitora não tem conseguido se impor como figura de autoridade frente aos filhos, pois tem um outro filho [nome de outro filho] também nesta fundação por motivo de roubo, sendo necessário que receba ajuda para tanto.

Tal falta de controle aliado à sua imaturidade e impulsividade, foram fatores que propiciaram para [nome do adolescente em questão] o contato com amizades inadequadas, com as quais iniciou no uso de drogas e no meio delitivo, e se sentindo acolhido no grupo passou a agir como os demais praticando atos delitivos sem medir as consequências dos mesmos, e como estava iludido pelos ganhos fáceis desta vida não dava atenção aos conselhos de seus familiares.

(Prontuário F – Relatório Inicial de 14/04/2009)

Como é possível observar nos trechos reproduzidos, ainda que nem todas as características apresentadas do adolescente e de sua família sejam vinculadas causalmente ao ato infracional, em todos os relatórios iniciais há o esforço de construir uma explicação para a infração a partir dessas informações. Dado a necessidade de extrair dessa apresentação uma explicação para o delito, elaboraram-se os elementos “suficientes” para a construção das causas. A forma como um atributo específico assumirá relevância explicativa no relato varia nos diferentes prontuários: enquanto no relatório do Prontuário G, o comportamento do irmão do adolescente é apresentado como fonte de “influência negativa” e é diretamente vinculado à infração; no caso do Prontuário F, o comportamento do irmão é utilizado como evidência da incapacidade da mãe de “se impor como figura de autoridade” o que, por sua vez, “propiciou” o contato com “amizades

inadequadas” e com o “meio delitivo”. A explicação específica produzida sobre o ato depende, assim, de uma organização interna a cada relatório, daí a variação nas características incluídas nos diferentes relatórios.

Se, por um lado, não é possível determinar quais características específicas serão construídas como relevantes para a elaboração da explicação do ato infracional em cada relatório; por outro, os tipos de explicação parecem exibir um atributo comum. A proposta de direcionar a atenção para a *forma* das explicações permite aproximá-la da característica fundamental das teorias nativas do ato infracional elaboradas pelos juízes e funcionários: assim como no caso das entrevistas, nos relatórios, os atos infracionais dos adolescentes também são associados ao “meio” no qual o adolescente vive. Nos exemplos apresentados, a infração é apresentada como consequência de influências externas (do irmão, de “más companhias” ou “amizades inadequadas”) ou da incapacidade da mãe de exercer controle ou autoridade sobre os filhos. Esse é o tipo de explicação mais comum nos relatórios iniciais analisados:

Percebemos que no decorrer de seu desenvolvimento os pais tentaram poupa-lo de responsabilidades e quando começou a apresentar envolvimento ilícitos, não suportava ser cobrado pelos genitores, ameaçando fugir de casa para morar em companhia de seus amigos.

Desde a sua primeira internação o jovem apresentou postura reservada, falas prontas. Apresentou dificuldade em se expor, em entrar em contato com seu histórico e angústias, evitando relações interpessoais. Através dos atendimentos, demonstrou não gostar do lugar onde morava na época, da simplicidade do lugar e das pessoas, desejando ter uma vida diferente. Atribui ao pai a culpa por não satisfazer seus desejos, como, por exemplo, mudar de residência.

Por ser o filho caçula, nota-se que foi tratado de forma diferenciada por todo o núcleo familiar, sendo poupado e mimado durante o seu desenvolvimento, dificultando elaboração de criticidade e responsabilidade.

Ressaltamos que as características acima descritas continuam presentes na forma do jovem adulto se posicionar no mundo, acrescidas pela dificuldade em vincular-se, não estabelecendo contato visual durante os atendimentos e estruturação infracional aparente.

Não apresenta histórico de drogadição, sendo identificados possíveis fatores que influenciaram a prática ilícita, como ausência de figura de autoridade; falta de limites que permitissem introdução e identificação com valores morais

definidos; adesão a grupos e modelos negativos, favorecendo a sua identificação e construção de uma identidade grupal.

(Prontuário E – Plano Individual de Atendimento, sem data)

Declarou que há constantes discussões com seu genitor em relação às cobranças que ele faz em relação ao seu comportamento, tendo sido esse um dos motivos que o levou a praticar o atual ato infracional.

De fato, percebemos que o Sr. [nome do pai] não é capaz de impor limites ao seu filho e que as necessidades desse jovem não vem sendo contempladas nem direcionadas adequadamente.

Durante entrevista com o pai, percebemos tratar-se de pessoa que se sente desamparado afetivamente pela vida, faz referência à sua solidão mencionando que é o único membro vivo de sua família, aludindo não ter constituído novo relacionamento após separação de sua ex-esposa.

Percebemos ainda, que ao dirigir-se ao seu filho manifestando decepção e sofrimento pelo que este lhe causa, ressaltando e potencializando sua angústia e sentimentos de desamparo diante das circunstâncias, nota-se que [nome do adolescente em questão] assume postura protetora diante do pai, amparando-o e consolando-o em seu pranto, como se esse papel lhe coubesse.

Considerando que há menção de que esse jovem não manteve bom relacionamento com sua genitora durante seu desenvolvimento e pela observação da interação entre pai e filho, avaliamos que essa dinâmica familiar pode não ter favorecido o desenvolvimento de seu potencial no que diz respeito à capacidade de responsabilidade e comprometimento, uma vez que tanto o jovem quanto seu pai trazem queixas de incompreensão a respeito de suas vivências em relação ao outro.

Nota-se neste jovem traços de impulsividade, imaturidade, imediatismo e ausência de críticas sobre seus atos.

Quanto ao delito em que se envolveu afirma não saber explicar porque o cometeu, justificando ter se sentido compelido a roubar após discussão com o seu pai.

(Prontuário I – PIA de 25/02/2009)

Assim como nos casos anteriormente citados, nesses relatórios o comportamento do adolescente também é associado a determinantes externos como a

forma de tratamento recebida pelos pais ou a incapacidade de o pai “impor limites” ao filho.

É interessante notar que, aliado às explicações que constroem o “meio” (seja familiar ou comunitário) como determinante da infração, é frequente nos relatórios a presença de uma avaliação de atributos pessoais do adolescente elaborados como expressão do impacto desses determinantes externos. Como já é possível observar nos exemplos apresentados, em particular duas categorias nativas que assumiram relevância na análise que realizei das teorias elaboradas pelos juízes e funcionários aparecem com frequência nos relatórios: a “crítica” ou “criticidade” do adolescente e a “estruturação infracional”³¹.

Conforme elaborado no capítulo 3, a “crítica” do adolescente é um atributo valorizado pelos juízes na avaliação dos relatórios e eles instruem as equipes a incluí-la em suas avaliações. Como demonstrarei adiante, essa categoria aparece nos diferentes tipos de relatórios e parece ser um recurso importante na produção do fato da transformação do adolescente nos relatos. Nos relatórios iniciais, a categoria é mobilizada na construção dos “problemas” que explicam o ato infracional e é associada, de maneira semelhante à elaboração dos juízes, à incapacidade de o adolescente reconhecer a gravidade e o caráter negativo de suas ações:

Questionado sobre este ato infracional, assume a autoria, verbalizando que precisava comprar roupas, sendo este o único caminho viável. Fala com muita naturalidade, denotando total ausência de criticidade.

(Prontuário F – Relatório Inicial de 27/08/2007)

Apesar de a “crítica” ser elaborada como um atributo individual do adolescente, ela é vinculada aos determinantes externos como sua consequência individual. De alguma forma é possível dizer que esse atributo é elaborado como uma mediação entre o meio e a ação do adolescente. A “falta de autoridade” dos pais, as “influências negativas” impedem o adolescente de desenvolver a capacidade de julgar adequadamente suas ações. O adolescente cometeria infrações, assim, porque não compreende suas consequências.

A importância atribuída pelos juízes à avaliação da “crítica” do adolescente se deve não só à sua vinculação causal ao comportamento delitivo, mas também

³¹ Além dessa, existem outras formulações próximas como “estruturado no crime”, “no meio infracional”, “no meio delitivo”, “vivência infracional estruturada”.

à percepção de que esse é um atributo *transformável* pela ação institucional. Conforme detalhado no capítulo 3, a “crítica” é uma característica que se espera que o adolescente adquira ao longo da internação. Esse não é o caso do outro atributo individual avaliado nos relatórios³², a “estruturação no meio infracional”. Conforme elaborado no item anterior, nas entrevistas realizadas com os funcionários, essa característica foi construída como uma condição definitiva do adolescente e limitadora da ação institucional. Trata-se de uma categoria que opera a transformação definitiva do “meio” em atributo individual e pode ser mobilizada para elaborar as dificuldades para modificar o comportamento do adolescente. Nos relatórios, a avaliação dessa característica está quase sempre presente na construção das características do adolescente e em alguns casos é diretamente vinculada aos efeitos da medida:

Consta em sua história pregressa um ato infracional; mas não nos parece um jovem estruturado ou que tenha vivência infracional.

(Prontuário A – Relatório conclusivo de 20/06/1991)

O jovem demonstra arrependimento por ter cometido o delito.

Suas atitudes demonstram introspecção, falta de estruturação infracional e uma certa inocência.

Sua avó informa que a família não tem histórico criminal, tampouco estruturação no meio.

O depoimento de ambos impressiona pela sinceridade. Tem olhar firme e destituído de arrogância.

(Prontuário C – Relatório conclusivo de 30/09/1998)

Percebeu-se o jovem bastante estruturado no meio infracional, contava com evento de internação anterior, demonstrava-se questionador, obtendo uma pequena melhora desde o momento de sua internação até a data da fuga.

(Prontuário I – PIA de 25/02/2009)

A importância da “estruturação no meio infracional” como recurso para a construção dos efeitos institucionais pode ser usada para compreender a exis-

³² Como o objetivo aqui é explorar a forma como esse atributo individual é construído nas avaliações, nesse momento não me restringirei aos relatórios iniciais.

tência de variações nas avaliações desse atributo nos diferentes relatórios e nas diferentes passagens de um mesmo adolescente. Todos os trechos abaixo foram retirados de relatórios de um mesmo prontuário (F):

Durante entrevista, o adolescente porta-se de maneira educada e cooperativa. Possui vocabulário pertinente a sua faixa etária, não fazendo uso de gíria que denote estruturação infracional, porém, demonstra estar vinculando-se aos hábitos de rua.

(Relatório Inicial de 05/12/2005)

Apresenta postura e linguagem próprias do meio infracional, caracterizando uma certa estruturação no meio delitivo.

(Relatório inicial de 27/08/2007)

Apesar de apresentar vivência infracional e institucional, [o adolescente em questão] não demonstra ser um adolescente estruturado no meio infracional e sim um adolescente com ausência de recursos internos para avaliar a gravidade e as consequências de suas atitudes.

(Relatório Conclusivo de 17/02/2009)

Apresenta certa estruturação no meio infracional, pois admite já ter se envolvido em vários delitos, agindo acompanhado algumas vezes por jovens de sua faixa etária, afirmando, no entanto, que não agia armado, isto o levou a passar por esta Fundação por 04 vezes, afirma que também pela influência de amizades inadequadas chegou a ficar em situação de rua por aproximadamente 05 meses no início da adolescência.

(Relatório de acompanhamento de 10/08/2009)

A elaboração das características do adolescente compõe, assim, as explicações para a infração pela inclusão de atributos individuais que expressam o impacto do “meio” no adolescente. Esse tipo de construção da explicação fica mais explícito quando observamos um contraexemplo. Entre todos os prontuários analisados, teve um caso em que o raciocínio elaborado para explicar o ato infracional parece se afastar do proposto. Trata-se do caso de um adolescente

que foi condenado por homicídio e sua ação não é apresentada como expressão do meio, mas como *reação* a ele:

Em situação de entrevista, apresentou-se calmo narrando os fatos com clareza e respondendo prontamente as perguntas. No seu vocabulário não identificamos o uso de gíria e nem de outros jargões próprios da marginalidade. Embora viva num meio propício para isso, o mesmo não demonstra ter uma personalidade estruturada na delinquência.

(...)

Segundo relato do adolescente e seus familiares devido à dificuldades financeiras, alugaram residência no [nome do bairro], bairro periférico, com grande incidência de criminalidade e pouca infraestrutura. Desde então começou a sofrer humilhações por parte de jovens já residentes naquela localidade, os quais praticamente dominavam aquela área, desenvolvendo atividades relacionadas à marginalidade.

O grupo formado por [apelidos de três jovens], constantemente mediante ameaça ao adolescente e seus familiares obrigavam-o a buscar entorpecentes para o consumo daqueles, por ser [nome do adolescente em questão] proprietário de uma mobilete.

Outras famílias, também ali residentes, se submetiam aos caprichos dos já citados elementos, por medo de sofrerem represália. Outras famílias abandonaram o bairro, tendo suas casas derrubadas ou incendiadas e seus pertences roubados.

No dia anterior ao homicídio o padrasto de [nome do adolescente em questão] soube que [nome masculino], seu vizinho, encontrava-se sob domínio do grupo, recebendo choques elétricos, uma vez que havia suspeita por parte daqueles elementos do furto de uma carteira. A mãe do garoto não conseguiu retirar o filho das mãos dos torturadores. O padrasto de [adolescente em questão] vendo o estado de desesperador da situação resolveu falar com o grupo [apelidos dos jovens], tendo naquela oportunidade sofrido ameaça. Naquela mesma noite a família de [nome do vizinho] foi expulsa daquele bairro e sua residência destruída. Posteriormente, munidos de foice/pedaços de pau, proferindo palavras de baixo calão, dirigiram-se a residência do adolescente, agredindo o Sr. [nome do padrasto do adolescente] com golpes de foice no pescoço e no braço. [nome do adolescente em questão] tomou conhecimento do que estava acontecendo em

sua residência quando passeava na Av. [nome da avenida] e foi informado por [nome masculino] (montador de móveis nas Casas Bahia) do ocorrido.

Após, pensando em proteger sua família, providenciou uma arma (não querendo informar sua procedência) e permaneceu em sua residência a espera de nova provocação do grupo.

No dia do homicídio, houve novamente o comparecimento de tais elementos na residência de [nome do adolescente em questão] que repetiram as ameaças e insultos anteriores. Partiu para o confronto, disparando seis tiros e posteriormente municiou a arma novamente totalizando o disparo de 08 tiros. [nome da vítima] foi o único alvejado, vindo a óbito.

Nega arrependimento, declarando que se pudesse teria matado os outros elementos.

IV. Conclusão

NÃO MATARÁS. É um dos mandamentos da lei de Deus. É um dos mandamentos da lei dos homens.

Na atualidade, a sociedade assiste, com perplexidade, a uma onda de violência e criminalidade, que se alastrou por todas as camadas sociais. Parece haver uma tendência em querer fazer justiça com as próprias mãos, uma vez que o poder público não está conseguindo manter a ordem estabelecida. O indivíduo ‘normal’ está se armando, pois sente-se ameaçado e inseguro frente à situação ameaçadora e perigosa na qual é constantemente submetido. Fazer justiça com as próprias mãos será o meio correto de se findar com tanta violência?

Trata-se de adolescente sem antecedentes, confesso ao cometimento da infração considerada gravíssima. Houve premeditação do ato, inclusive com a prévia aquisição da arma utilizada no crime.

O meio hostil no qual [nome do adolescente em questão] vive, onde a criminalidade e a violência imperam, somado a situação de constrangimento e ameaça, influenciaram em muito nessa decisão, optando o mesmo em buscar na criminalidade e resguardo para si e para sua família.

(Prontuário B – 21/08/96)

É interessante notar que na construção dos determinantes da infração nesse relato, o “meio” também assume centralidade, mas a forma como essa relação de causalidade é construída é diferente da existente nos demais relatórios. Logo no início há a afirmação de que o adolescente não tem “personalidade estruturada na criminalidade”, apesar do “meio propício” e a maior parte do relato é dedica-

da a apresentar a situação à qual o adolescente e sua família estavam submetidos devido residirem em um bairro “com grande incidência de criminalidade”. Os determinantes externos não são individualizados como “estruturação na criminalidade” ou como incapacidade do adolescente de avaliar moralmente suas ações, mas permanecem como circunstâncias *contra* as quais o adolescente reagiu.

4.2.2.2 Relatório de Acompanhamento: o trabalho da equipe

Se os relatórios iniciais são majoritariamente dedicados a construir as características do adolescente e de sua família e produzir uma explicação para o ato infracional, nos relatórios de acompanhamento o foco é direcionado para as atividades e intervenções realizadas pela equipe e para o comportamento do adolescente *na unidade*. A maior parte das informações inseridas nesses relatórios são vinculadas a evidências do trabalho desenvolvido com o adolescente de modo a elaborar a razoabilidade das ações institucionais. Nesse sentido, esses relatórios são os que exibem mais claramente a atividade de *accountability* institucional, como relato produzido “para fora” da unidade.

Ainda que o foco desse tipo de relatório seja o contexto institucional e o que ocorre na unidade, em muitos relatórios de acompanhamento as características da família e da trajetória do adolescente são reapresentadas, mas agora vinculando-as às medidas adotadas pela equipe: seja como resultado delas (no caso das visitas domiciliares) ou como o que as motivou:

Em entrevista com os genitores disseram que estão há 22 anos casados legalmente e desta união tiveram 5 filhos, estes com idade entre 21 e 14 anos.

Residem em casa própria composta por 3 cômodos (sala, cozinha e quarto), com saneamento básico e infraestrutura.

O orçamento doméstico é mantido pelo salário do genitor que trabalha há 9 anos em firma de pavimentação e recebe a quantia de R\$737 mensais. Recebem também R\$80 de bolsa escola, e a filha mais velha, paga água e gás, com o salário que recebe trabalhando em lanchonete.

Explicaram-nos que buscaram dentro de suas possibilidades ofertar uma vida digna e pautada em princípios socialmente aceitos a sua progênie.

Os genitores disseram que [nome do adolescente em questão] até a idade de 14 anos nunca havia dado qualquer problema, todavia seu comportamen-

to passou a destoar quando foram residir em outro local, pois o adolescente passou a interagir com adolescentes de má índole.

Enfatizam que buscaram orienta-lo e persuadi-lo quanto as atitudes que vinha exibindo porém [nome do adolescente em questão] não deu atenção as orientações dadas e tal comportamento levou-o a exibir a conduta delinquente.

Os genitores dizem que se sentem envergonhados em vê-lo nesta Fundação. Todavia, esperam que o adolescente amadureça e perceba a gravidade de seus atos.

Foram orientados a procurar o conselho tutelar, onde residem para passarem por grupo de orientação e apoio familiar, a fim de que revejam seus papeis e se fortaleçam frente a presente problemática.

(Prontuário E – Relatório de acompanhamento de 26/10/2005)

Aos 22/06/07, realizamos visita domiciliar, quando confirmamos a fala do jovem de que seus pais estão separados, mas que residem muito próximos (são vizinhos).

Ao chegarmos na residência, quem nos recebeu foi Sra. [nome da mãe], 39 anos, que, de pronto nos pareceu uma pessoa com saúde física e mental debilitada, embora não formulasse queixas, apenas apresentando um discurso repetitivo de que não é louca. Inicialmente negou, mas diante da afirmação da filha [nome da irmã], 12 anos, assumiu que já passou avaliação psiquiátrica, não querendo falar sobre o assunto.

A Sra. [nome da mãe] mostra-se devitalizada e descrente em relação à vida. Pareceu-nos ainda, uma pessoa alheia à realidade interna e externa, que necessita com urgência de ajuda – atendimento médico/psicoterápico.

Em entrevista, seu discurso, em alguns momentos apresentava disperso e incoerente, e sua postura infantilizada, tanto nos gestos como no olhar, além de insegura e temerosa.

Relatou-nos que tenta, em vão, impor ordem e limites ao filho, acrescentando que este, quanto quer alguma coisa, ‘ninguém dá jeito’ (sic). Não soube explicar muito bem como intervém em relação ao mesmo, parecendo-nos que, diante de uma teimosia, acaba por ceder, deixando claro sua dificuldade em exercer ascendência sobre [nome do adolescente em questão].

A Sra. [nome da mãe] reside em casa de alvenaria, composta por 2 cômodos e um banheiro, na companhia da filha [nome da filha], sendo Sr.[nome do pai], 40 anos, é o responsável pelas despesas alimentícias e aluguel.

Em entrevista com o Sr. [nome do pai], ele nos informou que a Sra. [nome da mãe] era uma pessoa normal e ativa, até que nasceu a filha [nome da filha], quando adoeceu e nunca mais se recuperou. Já passou por tratamento psiquiátrico, mas abandonou o tratamento, inclusive parando de tomar os remédios por conta própria, apresentando um quadro mais complicado de confusão mental, ‘quando não cisma com as coisas’ (sic).

Mencionou sobre sua disponibilidade em retornar o convívio conjugal, por ‘amar’ (sic) a esposa, porém a mesma, simplesmente não aceita sequer a ideia de reconciliação.

Atualmente o Sr.[nome do pai] está trabalhando como ajudante de transporte (mudanças), para o Norte, serviço executado sem vínculos empregatícios.

Referiu ao filho com carinho e preocupação, mas deixando transparecer que também tem dificuldades para exercer a autoridade que o papel de pai lhe compete, atribuindo às más companhias o envolvimento do filho.

(...)

Observamos que a família paterna tem melhores condições de perceber as necessidades da Sra. [nome da mãe] e dos filhos [nome da irmã] e [nome do adolescente em questão], mas esbarram na dificuldade para exercerem uma intervenção mais efetiva por causa da saúde da Sra. [nome da mãe], que de fato, apresenta pensamentos persecutórios, acreditando que todos querem prejudicá-la. No entanto, estão dispostos a continuar orientando e ajudando, reconhecendo que, muitas vezes, a boa vontade não encontra ressonância, devido as limitações apresentadas pela Sra. [nome da mãe].

Diante dessa problemática, encaminhamos a Sra. [nome da mãe], para tratamento médico/psiquiátrico na UBS do bairro [nome do bairro], assim como o Sr. [nome do pai] e a filha [nome da irmã], uma vez que, a adolescente é quem cuida da mãe, e assume as responsabilidades quando aos afazeres domésticos, o que, de certa forma, acaba lhe trazendo uma sobrecarga muito grande.

Além do encaminhamento para Acompanhamento Psicológico e de Orientação Familiar, na oportunidade oferecemos verba para ajuda de custo para transporte, e a Sra. [nome da mãe] e [nome da irmã] têm vindo visitar [nome do adolescente em questão], o que lhe trouxe grande contentamento, e tem nos possibilitado trabalhar o sentimento de pertinência familiar.

(Prontuário H – Relatório de acompanhamento de 16/07/2007)

Enfatiza que esta é a última oportunidade que vai oferecer ao filho. Referiu-nos que esteve casada com o Sr. [nome do pai] por 18 anos e teve os filhos já citados anteriormente. Verbaliza-nos que este era bom pai, porém ‘péssimo marido’ (sic), sendo usuário de bebida alcoólica e a agredindo fisicamente.

Avalia que os filhos ‘idolatraram’ (sic) o pai e refere que ambos são ‘espelhos’ (sic) dele. Até porque o filho mais velho é usuário de drogas e bebidas alcoólicas.

Referiu que a família tem um padrão de vida razoável, pois recebe pensão do ex-marido, aluguel de um salão de sua propriedade e atua como consultora de produtos de beleza da Avon e da Natura, totalizando uma renda de aproximadamente R\$2000 e, portanto, não havendo motivos para o filho se envolver em ações ilícitas, até porque não exige nada do que eles ganham, trabalhando nas feiras livres e entregando panfletos.

(...)

A Sra. [nome da mãe] é estudante de Pedagogia na UNIESP no período noturno; e pela manhã faz estágio como professora em escola pública e à tarde faz bicos como consultora da Avon e Natura, portanto seu tempo é totalmente tomado.

Durante a entrevista, foi possível perceber que Sra. [nome da mãe] é uma pessoa fragilizada, mediante as intempéries que a vida lhe proporcionou.

Foi orientada para participar das reuniões de grupo de apoio à família realizadas quinzenalmente nesta Unidade, justificou que não possui disponibilidade para comparecer por conta do trabalho, dos afazeres do lar e da faculdade, mas tem interesse em ajudar o filho no que for necessário.

Comunicamos que foi realizado encaminhamento para o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial (álcool e droga) de [nome do bairro e endereço do CAPS].

Segundo Sra. [nome da mãe], o filho já iniciou o tratamento, apresentando mudança positiva em casa; estamos aguardando confirmação do CAPS, da efetivação do tratamento de [nome do irmão], irmão de [nome do adolescente em questão] e acompanhamento da família.

(Prontuário G – Relatório de acompanhamento de 23/10/2008)

Assim como nos relatórios iniciais, nesses relatos também há a construção de características da família como problemáticas, mas elas são sempre associadas às intervenções da equipe técnica. É possível observar, assim, que nesses relatórios a demonstração do trabalho realizado assume centralidade.

Além dessa construção das medidas adotadas a partir da caracterização da situação familiar, um dos principais meios através dos quais se produz a razoabilidade das ações e intervenções da equipe consiste na descrição das atividades nas quais o adolescente foi inserido na unidade a partir das transformações que elas podem gerar em seu comportamento. É o que se pode observar nos exemplos abaixo:

O processo socioeducativo em que está inserido proporciona condições para a iniciação profissional, indo ao encontro de seus interesses e necessidades.

Atualmente está no Curso de Culinária, este curso tem por objetivo capacitar o jovem para o preparo de doces, salgados diversos, além do cardápio do dia-a-dia. Aprende também a calcular pesos, medidas, custos de produção, cuidados e higiene no preparo de alimentos e planejamento de compras, para que ao final do curso possa atuar no mercado de trabalho, aplicando seus conhecimentos em restaurantes, lanchonetes, padaria etc...

Quanto à formação religiosa, o jovem sente a necessidade de buscar a Deus e tem participado dos cultos evangélicos que acontecem na unidade no período noturno, trazendo momentos de reflexão e tem buscado aceitar e ouvir os conselhos bíblicos que lhe são dirigidos.

Em relação à parte esportiva, o jovem participa de todas as atividades desenvolvidas em quadra.

A prática esportiva tem por objetivo desenvolver o espírito esportivo, socialização, coordenação motora e cooperação.

Sendo assim, concluímos que o jovem tem bom comportamento e empenho no que se refere às atividades pedagógicas.

(Prontuário F – Relatório de acompanhamento de 18/09/2008)

[nome do adolescente em questão] está inserido na oficina de Artes Plásticas, ministrada pela ONG [nome da ONG] onde, seu objetivo é potencializar habilidades, reconhecer a capacidade criativa, preparar e acompanhar o processo de inserção social através da cultura. Foi diagnosticado pelo professor que o jovem utiliza o desenha e a pintura como extensão de seus pensamentos. Parece entender-se com a arte e seus meandros. É criativo, interessado, comportado, educado, comedido em seus atos, tem consciência de suas ações.

O jovem concluiu a oficina de Desenvolvimento Humano, ministrada por profissional da UI, onde seu objetivo principal é a promoção e elaboração positiva, saudável, de autopercepção, de ser no mundo, de transcendência. De acordo a facilitadora, [nome do adolescente em questão] é participativo, espontâneo, se dispõe a realizar as atividades propostas, envolvendo-se com o objetivo do grupo.

Adiciona-se, às informações acima, sua matricula na oficina de Ioga (voluntário) seus objetivos são desenvolvimento da auto-estima, auto-estudo, atitudes compatíveis com a saúde mental motivar o jovem à prática individual de exercícios adequados.

Ele é concluinte do curso profissionalizante de Informática, ministrada pelo profissional da UI segundo o professor o adolescente tinha dificuldades e limitações no início porém seu interesse foi maior; o que lhe rendeu bom aproveitamento dos conteúdos de informática.

(Prontuário H – Relatório de acompanhamento de 16/07/2009)

Quanto às oficinas artesanais desenvolvidas na unidade pelos funcionários do setor pedagógico, as quais tem por objetivo desenvolver e aprimorar a coordenação motora, concentração, sociabilização e cooperação participou das oficinas de confecção de bonecas de lã e decoupage. Durante estas atividades demonstrou destreza e interesse em todas as oficinas.

Está inscrito e aguardando vaga na oficina cultural de artes plásticas, curso que demonstrou interesse, portanto, será inserido quando do início de novas turmas.

Frequenta a oficina temática de drogadição, feita pelos funcionários do setor pedagógico, com o objetivo de que o adolescente seja capaz de se identificar como responsável pelas suas escolhas; sendo assim capaz de evitar problemas futuros com a conscientização dos malefícios do tráfico de drogas dentro da sociedade.

Participa de curso profissionalizante de arbitragem organizado pela [nome da associação de arbitragem], o qual tem por objetivo formar juizes de futebol competentes e acima de tudo incentivar o jogo limpo e lograr uma interpretação uniforme e correta das regras do jogo, a fim de evitar mal-entendidos, lesões e situações controvertidas. É interessante ressaltar que o próprio adolescente pediu para ser inserido no curso e que até o presente momento tem apresentado um bom rendimento.

Dentre os cursos profissionalizantes oferecidos no núcleo profissionalizante [nome da organização], identificou-se com mecânica de autos e pediu sua inserção no curso. Então, o próximo processo seletivo será inscrito, sempre levando em conta a assiduidade escolar e o bom comportamento.

Está inscrito e participando do curso profissionalizante de criatividade regulamentado pela “[nome da organização]” e ministrado por um corpo pedagógico capacitado para tal. Essa atividade tem como propósito incentivar sua capacidade de criar, de dar origem, formar e gerar para desenvolver competências, para uma atuação voltada à quebra de paradigmas que bloqueiam o processo de criação além de melhoria contínua, desativando o condicionador de hábitos das pessoas.

(Prontuário I – Relatório de acompanhamento de 22/04/2008)

Como é possível observar nesses relatos, as atividades ofertadas nas unidades são frequentemente apresentadas a partir de seus “objetivos” e “propósitos” elaborados pelos efeitos que podem promover no adolescente (inserção no mercado de trabalho, conscientização, aquisição de certa atitude). As atividades pedagógicas, culturais e profissionais são formuladas, assim, como meio de intervir no comportamento do adolescente. Esse procedimento narrativo permite apresentar a rotina institucional como intencionalmente planejada para operar uma transformação no adolescente.

Paralelamente a essa construção da coerência do trabalho desenvolvido na unidade, como se pode ver nos trechos reproduzidos, a descrição das atividades é também acompanhada de avaliações do desempenho e comportamento do adolescente ao executá-las. Aqui é possível retomar o argumento desenvolvido no item anterior de que uma das operações interpretativas que sustentam a racionalidade prática da medida de internação consiste na interpretação dos comportamentos do adolescente na unidade como índice de sua transformação para fora da instituição. A presença constante nos relatórios de avaliações da atitude e comportamento do adolescente diante das atividades e normas institucionais pode ser entendida como expressão desse raciocínio:

Observamos que neste período de 40 dias o jovem mostrou-se com dificuldades de adaptação pois sempre manifesta ‘queixas’ na área de atendimento médico e odontologista como forma de chamar atenção, talvez por apresentar

carência afetiva, mas que após intervenção técnica apresenta boa adaptação as normas de atendimento, com receptividade as nossas orientações.

(Prontuário D – Relatório de acompanhamento de 27/01/2000)

Participa das atividades de rotina diária da Unidade, colaborando na manutenção da limpeza e organização dos espaços de convivência, como refeitório, dormitório.

Frequentou o Curso Profissionalizante de Técnica de Pintura em Madeira onde se portou de forma tranquila e confeccionou bons trabalhos. A Oficina de Formação e Informação em Drogadição, onde desenvolveu com interesse as atividades, colaborando com o crescimento do grupo. Participou também da Oficina de Cavaquinho onde foi bom aluno, tranquilo e vai continuar a participar dela.

Para os cursos de Técnica de pintura em madeira e Drogadição recebeu certificado.

Participa também às quartas feiras do trabalho de acompanhamento Pedagógico com os adolescentes de sua referência efetuado pela Equipe Pedagógica que está refletindo sobre o tema norteador Cidadania, Respeito e Paz.

Curiosamente, neste curso teve que ser alertado diversas vezes, pois se encontrava sonolento durante as atividades.

O adolescente participa de todas as atividades esportivas que a unidade proporciona é tranquilo e alegre.

No relacionamento com os demais adolescentes, apresenta boa interação. Quanto aos funcionários, mantém um relacionamento harmonioso, colaborativo e respeitoso.

Isto posto, podemos observar que o adolescente [nome do adolescente em questão], vem atendendo de forma satisfatória a proposta pedagógica desta unidade, no cumprimento da medida socioeducativa.

(Prontuário G – Relatório de acompanhamento de 23/10/2008)

Em relação ao jovem [nome do adolescente em questão], enquanto interno, vem apresentando oscilações em seu comportamento com atitudes impulsivas envolvendo-se em episódios indisciplinar. Em virtude destas condutas culminou em vários boletins de ocorrência, nesta unidade.

O jovem apresenta senso crítico fragilizado em relação aos seus atos. Estamos trabalhando para que o jovem perceba os prejuízos que causou para si e a terceiros.

Direcionamos as nossas intervenções, levando o jovem [nome do adolescente em questão], a rever sua postura e a refletir sobre valores fundamentais para uma convivência pacífica em sociedade.

Em atendimento, estamos sensibilizando [nome do adolescente em questão], sobre valores fundamentais, a importância da escolarização e a capacitação profissional, como instrumento principal de seu desenvolvimento pessoal onde proporcionará sua inserção no mercado de trabalho, para que possa reconstruir sua vida de forma lícita.

(...)

No momento constatamos que [nome do adolescente em questão], apresenta-se em processo de elaboração crítica, onde nos atendimentos psicossociais tem sido levado a refletir quanto sua situação pregressa. O jovem tem vivenciado período onde busca reavaliar sua conduta e valores e para tal solicita auxílio desta equipe técnica, principalmente em momentos de maior instabilidade emocional e angústia.

O jovem apresenta até então dificuldade em controlar sua impulsividade o que acaba por refletir em atitudes permeadas de agressividade, uma vez que, de forma defensiva, por vezes, ‘atacando’, conforme informado a esse juízo de acordo com avaliações da Comissão de Avaliação disciplinar desta UI. Comprendemos que, tal dinâmica, esteja relacionada a seu desenvolvimento.

(Prontuário I – Relatório de acompanhamento de 23/10/2009)

Assim como no caso da formulação apresentada pelos funcionários em entrevista, não há distinção entre a disposição e interesse do adolescente na realização das atividades pedagógicas, culturais e profissionais e as “faltas disciplinares” ou obediência às normas e regras da unidade. Qualquer comportamento do adolescente pode ser avaliado e construído como evidência de sua transformação. Como é possível observar, a “crítica do adolescente” é também avaliada nos relatórios de acompanhamento e apresentada enquanto atributo sobre o qual a ação institucional e as intervenções visam incidir.

Quando o adolescente é inserido na unidade, o foco das avaliações passa a ser seus comportamentos e atitudes individuais elaborados como decisivos para sua transformação. Assim como nas audiências de execução observadas,

a construção nos relatórios da medida como intervenção nos problemas familiares, apresentada anteriormente, indica que esse raciocínio é aplicado não só ao adolescente, mas também à sua família. O contexto familiar, apresentado em muitos casos como fator explicativo da infração, passa a ser construído como transformável pela ação individual dos familiares.

Nos relatórios de acompanhamento, além da avaliação do comportamento e atitude do adolescente na unidade, esse foco nas características individuais e transformáveis se expressa também na descrição das intervenções que serão desenvolvidas com o adolescente:

Nossa intervenção junto ao educando abordará questões como limites, direitos, deveres, responsabilidades sobre seus atos, rever-se enquanto pessoa, assim como sensibiliza-lo com relação a escola e trabalho.

O trabalho estará voltado também para refletir com [nome do adolescente em questão] gravidade do ato infracional cometido por ele, onde destacaremos o perigo de seu envolvimento no meio da drogadição, a necessidade de revisão em sua postura de vida, escolher melhor seus hábitos, e companhias, visando uma mudança de comportamento e reciclagem interna de valores, investindo em uma nova proposta de vida, como cidadão e membro de uma sociedade na qual possui plenas condições de ser reinserido de forma ajustada.

Buscaremos ainda, durante os atendimentos técnicos a elevação de sua auto-estima, seu auto-conhecimento, sua auto-percepção para melhor lidar com situações de ansiedades, angústias, frustrações, conquistas e carências afetivas.

(Prontuário D – Relatório de acompanhamento de 27/01/2000)

No que se refere ao ato infracional [nome do adolescente em questão] está ciente que as atitudes ilícitas por ele cometidas são gravíssimas e o modo que as praticou é inconcebível perante seus familiares, mesmo por haver sido influenciado pelos imputáveis envolvidos no ato.

[nome do adolescente em questão] nos atendimentos com esta equipe técnica verbaliza que não pretende mais em sua vida magoar sua família, utilizar-se de atitudes negativas contra as pessoas e a sociedade (sic). O jovem interno denota estar realmente arrependido, refletindo angustiado por não haver ouvido os conselhos de seus genitores.

(Prontuário E – Relatório de acompanhamento de 26/02/2008)

Nos atendimentos sistemáticos feito por esta equipe, estamos trabalhando com o jovem no sentido de levá-lo à reflexões sobre os prejuízos decorrentes de sua conduta inadequada, a superação das deficiências de sua personalidade e a adoção de valores sociais e morais aceitáveis.

O adolescente apresenta emoção e afetividade preservada e atuante, adequada tolerância às frustrações, agressividade sob controle. A dificuldade apresentada quanto à elaboração de sua internação, acreditamos que o processo psicoterapêutico contribuirá para uma melhor compreensão e assimilação da medida em cumprimento, bem como entender melhor as consequências de suas ações, visto [nome do adolescente em questão] denotar escuta das orientações que lhe são viabilizadas.

(Prontuário G – Relatório de acompanhamento de 23/10/2008)

Assim, continuaremos oferecendo acompanhamento ao caso, promovendo intervenções pedagógicas e psicossociais voltadas ao propósito:

- incentivo ao aprendizado e engajamento aos espaços e oportunidades edificantes e de participação construtiva;*
- canalização de energia e impulsividade para atividades mais produtivas;*
- revisão e mudança de valores, visão de mundo e disposição interna;*
- possibilidade de alternativas para adoção de estilo de vida mais saudável e adaptado às necessidades individuais e comunitárias;*
- resgate e fortalecimento dos vínculos familiares;*
- intervenções no padrão de relacionamento intra-familiar, visando minimizar os aspectos disfuncionais relacionados à situação de vulnerabilidade e suscetibilidade em que se encontrava [nome do adolescente em questão] por ocasião do envolvimento na situação pela qual encontra-se representado.*

(Prontuário H – Relatório de acompanhamento de 16/07/2007)

Como é possível observar, a formulação das intervenções realizadas pela equipe envolve considerações sobre a alteração de atributos individuais ligados à vontade. Durante a medida de internação o adolescente precisa refletir sobre a gravidade e consequências de seus atos, assumir a responsabilidade pelo que fez, rever sua postura e suas escolhas, mudar seu comportamento e seus valores.

É possível dizer, assim, que o raciocínio empregado na teoria nativa sobre a medida de internação envolve compreendê-la como meio de transformação do adolescente e considera-lo o principal agente dessa mudança.

Para finalizar a análise dos relatórios de acompanhamento, cabe destacar que não consta nesses relatórios a sugestão de manutenção da medida. Diferente dos relatórios conclusivos – cuja análise desenvolverei a seguir –, as informações não parecem ser inseridas em função de uma sugestão final, como elaboração de sua razoabilidade. Quando existe, na “conclusão” dos relatórios geralmente consta somente a afirmação de que a equipe dará continuidade ao trabalho.

Continuaremos com nossas intervenções psicossociais e pedagógicas e dando continuidade ao processo de ressocialização esta equipe encontra-se em contato com o lar [nome da instituição] no Município de [nome do município] para que sua genitora Sra. [nome da mãe] seja inserida em Programa de Grupo de Apoio a Família naquela localidade.

(Prontuário E – Relatório de acompanhamento de 26/02/2008)

Sendo o que tínhamos para o momento, continuaremos os trabalhos propostos, vislumbrando maior aproximação e fortalecimento dos vínculos de confiança estabelecidos com o jovem, o que nos possibilitará o aprofundamento das intervenções que propiciem a ampliação de seu juízo crítico, elevação da auto-estima, amadurecimento e internalização de parâmetros mais condizentes com o necessário para o convívio social”.

(Prontuário H – Relatório de acompanhamento de 16/07/2007)

Outro indicativo de que o relatório de acompanhamento não é organizado pela construção da decisão de manutenção da medida é a variação na avaliação do adolescente. Ainda que os relatórios de acompanhamento sejam repletos de avaliações do adolescente, elas podem ser tanto majoritariamente negativas quanto majoritariamente positivas. Abaixo apresento exemplos dessas duas possibilidades:

Quanto a [nome do adolescente em questão], mostra nesta unidade, adequado diante das normas, no entanto, com acentuada imaturidade e responsabilidade insuficientes diante de suas questões.

Mantém-se educado na interação com a equipe multidisciplinar que o acompanham na medida, porém não se vislumbra, até a presente data, maturidade e criticidade suficiente que possibilitem a introjeção e mesmo resgate de valores morais e sociais que deem suporte e continência de comportamento adequados, quando em meio aberto.

A dificuldade em acatar limites, bem como o manejo de frustrações decorrentes do cotidiano, juntamente com a crítica deficitária, podem ter acarretado comportamentos inadequados constantes. A estes, junta-se a problemática de seu histórico familiar e imaturidade aflorada, também decorrentes da pouca idade de [nome do adolescente em questão].

(Prontuário I – Relatório de acompanhamento de 22/04/2008)

[Nome do adolescente em questão] é tido como um aluno que apresenta facilidade na compreensão dos conteúdos apresentados bem como é receptivo às normas disciplinares, o adolescente possui facilidade de se relacionar com seus colegas, demonstrando um comportamento extrovertido, vale ressaltar que o jovem mostra iniciativa nas atividades propostas pelos professores desenvolvendo-se com empenho.

Participa dos grupos temáticos ministrados por agentes educacionais, onde reflete sobre os temas questionando com criticidade e interação.

Na área esportiva [nome do adolescente em questão] é participativo e cumpridor das atividades propostas demonstrando que tem interesse em cumpri-la.

(...)

[Nome do adolescente em questão] continua otimizando os aspectos pedagógicos de sua medida a contento, demonstra adequação ao regimento cotidiano na Unidade acatando prontamente orientações do corpo docente funcional, obedecendo as regras disciplinares. Sua conduta parece apontar para um resultado positivo no processo socioeducativo.

(...)

[Nome do adolescente em questão], diante dessas intervenções, vem gradativamente, se mostrando interessado e atento, é cordial, educado e respeitoso, valorizando as oportunidades oferecidas.

Até o presente, os seus mecanismos repressores têm se mostrado atuantes, não evidenciando impulsividade e/ou agressividade.

Conclusão:

Sendo o que tínhamos para o momento, continuamos os atendimentos técnicos, vislumbrando maior aproximação e fortalecimento dos vínculos de confiança estabelecidos com o jovem, o que nos possibilita o aprofundamento das intervenções que propiciem ampliação de seu juízo crítico, elevação da auto-estima e internalização de parâmetros mais condizentes com o necessário para o convívio social.

(Prontuário H – Relatório de acompanhamento de 19/09/2008)

No caso do prontuário H, cabe destacar que esse é o primeiro de cinco relatórios de acompanhamento³³ e em quatro deles a avaliação do adolescente é positiva. Somente no último relatório de acompanhamento menciona-se a decisão de manter o adolescente internado e a sua motivação: o adolescente teria se envolvido em um “tumulto” na unidade e, por isso, a equipe reviu a decisão de enviar o relatório conclusivo para o juiz. Cabe destacar que esse caso demonstra mais explicitamente de que maneira o comportamento do adolescente na unidade é interpretado como índice de sua transformação para fora. A participação no tumulto é vinculada diretamente a decisão de manter a internação, como sua razão evidente:

Pelo fato do jovem seguir apresentando bom comportamento, sua família acompanhar a sua medida socioeducativa e oferecer um respaldo adequado, resolvemos encaminhar o seu relatório conclusivo, porém o jovem envolveu-se em situação de tumulto com alguns jovens.

Em oitiva ocorrida aos 20/04/10 decidiu-se pela manutenção da internação.

Neste período novamente [nome do adolescente em questão] envolveu-se em intercorrência disciplinar, tentando tirar as chaves do portão das mãos de uma funcionária, durante os atendimentos apresentava-se com semblante fechado, por muitas vezes dizia que não desejava mais ser atendido.

(Prontuário H – Relatório de acompanhamento de 04/08/2010)

Ainda que seja frequente nos relatórios de acompanhamento a presença de avaliações dos comportamentos e atitudes do adolescente na unidade, não há a construção de uma decisão a partir dessa elaboração de evidências de transformação. Como não há uma decisão sendo formulada, não se extrai consequências

³³ O adolescente permaneceu dois anos e quatro meses internado.

das avaliações e sua inclusão fica submetida à construção do trabalho desenvolvido na unidade cuja demonstração é o foco principal desse tipo de relatório.

4.2.2.3 Relatório Conclusivo: o relato coerente

Busquei desenvolver ao longo deste item o argumento de que os relatórios iniciais e os relatórios de acompanhamento exibem construções típicas que permitem, por sua vez, elaborar seus focos principais de atenção: produção da explicação para a infração e demonstração das evidências do trabalho desenvolvido na unidade, respectivamente. Como visto, no entanto, há variações no tipo de informação e na forma específica como as informações são inseridas nesses relatos (por exemplo, as avaliações do adolescente nos relatórios de acompanhamento). Além disso, nem todos os prontuários analisados contêm esses tipos de relatório. Essa variação não existe no caso dos relatórios conclusivos: eles estão presentes em todos os prontuários e para todas as passagens dos adolescentes por unidades de internação. Esse tipo de relatório é também o que exhibe maior homogeneidade no que diz respeito à sua organização e eles são sempre significativamente mais extensos que os relatórios iniciais e que os de acompanhamento. A análise comparada dos tipos de relatório pode ser usada para interpretar essa característica como indicativo de que há uma preocupação maior com a elaboração e registro dos relatórios conclusivos.

Uma das principais características que compõem a homogeneidade desse tipo de relatório é a centralidade assumida pela sugestão de liberação do adolescente na organização do relato. Conforme destacado, diferente dos relatórios de acompanhamento, todos os relatórios conclusivos contêm a sugestão de encerramento da internação que, em muitos casos, é acompanhada da sugestão de progressão da medida para liberdade assistida. Nesses relatos, as avaliações sobre o comportamento e atitude do adolescente e sobre sua situação familiar são sempre majoritariamente positivas, sugerindo que as informações são inseridas *em função* da sugestão final, como elaboração da razoabilidade da decisão de liberar o adolescente.

O jovem foi devidamente orientado sobre a importância e a necessidade de refletir e rever sobre sua proposta social (escola, trabalho e família).

[Nome do adolescente em questão] não denota vivência infracional e, no momento, apresenta-se receptivo às nossas orientações, tendo um desempenho educacional satisfatório.

A genitora pede pela desinternação do jovem, afirma que irá auxiliá-lo em sua reintegração social ‘sic’. Pretende no futuro fixar residência em outra cidade. Acredita que seu filho está sendo prejudicado por conviver nesta cidade grande e com tantos problemas sociais.

Enquanto interno nesta [nome da unidade], o jovem apresenta-se solícito e cooperativo para com os jovens e demais funcionários.

Através de entrevista coletada com o jovem e com a sua genitora respectivamente, pudemos constatar que [nome do adolescente em questão] provém de uma família organizada e harmoniosa no qual o relacionamento é satisfatório entre todos os seus integrantes. A mãe nos pareceu pessoa bastante adequada; transmitindo muito afeto e preocupação com a situação atual de seu filho. Não foi trazida nenhuma queixa em seu comportamento, tendo sido sempre bom filho. Não há antecedentes mórbidos na família. Consta em sua história pregressa um ato infracional; mas não nos parece um jovem estruturado ou que tenha vivência infracional.

O jovem nos pareceu maduro e reflexivo sobre seus atos, transmitindo segurança e sinceridade em seu relato. Acredita que será boa a mudança de cidade para ele.

Não foi possível fazer um estudo mais aprofundado à nível de personalidade; aparentemente não foi percebido nenhum comprometimento emocional no garoto e não sentimos no momento necessidade de fazer encaminhamento nessa área.

Conclusão e Sugestão:

Diante do acima exposto, somos favoráveis que o jovem seja desinternado para a sua família, tendo em vista que o mesmo conta com respaldo familiar satisfatório e por acreditarmos no seu próprio potencial de pessoa em desenvolvimento.

(Prontuário A – Relatório conclusivo de 20/06/1991)

Desde seu ingresso neste internato, não apresenta problemas de adaptação, a dinâmica proposta para sua reintegração social. Neste sentido, segue as normas de convivência interna, relacionando-se de forma amistosa com colegas

e funcionários, estuda, pratica esportes e colabora por livre iniciativa nas atividades de manutenção e faxina desta referida unidade educacional.

[Nome do adolescente em questão] está regularmente matriculado na 5ª série do 1º grau, podendo ser considerado aluno participativo e educado.

Também participa do curso profissionalizante de datilografia, desempenhando satisfatoriamente esta atividade.

Durante novos contatos informais e entrevistas técnicas, mantém postura e vocabulário adequado, não fazendo uso de gírias ou terminologias típicas do meio infracional.

Expressa seus conteúdos ideativos com lucidez e coerência, referindo intenções positivas em encaminhar sua vida futura.

[Nome do adolescente em questão] recebe visitas quinzenais, devido a distância, porém observamos forte vínculo afetivo, existindo suporte familiar favorável, onde é demonstrada capacidade de orientação e apoio ao jovem por parte de seus genitores e irmão, em caso de desinternação.

Em entrevista com a genitora, a mesma colocou-nos que reside atualmente em [nome da cidade], pois devido ao fato ocorrido, porém deixou-nos somente telefone para contato: [telefone]

O jovem encontra-se no momento em fase de equilíbrio emocional, sendo portador de capacidade de auto-crítica, favorecendo desta forma suas atividades.

Pelo acima exposto considerando:

- sua adaptação a medida proposta para sua reintegração social;*
- sua capacidade de auto-crítica e auto-controle;*
- seu nível maturacional e noção de valores compatíveis com a vida em sociedade;*
- a presença de suporte familiar;*
- a aparente ausência de estruturação infracional de personalidade;*

Somos favoráveis a inserção de [nome do adolescente em questão] em regime de L.A. fato este benéfico a consolidação de seu desenvolvimento.

(Prontuário B – Relatório conclusivo de 19/03/1997)

Os relatórios conclusivos são, assim, os que exibem mais claramente o esforço de construção de um relato coerente. E essa característica parece estar

relacionada ao fato desse ser o único tipo de relatório que contém claramente a construção de uma decisão.

A fim de propor uma interpretação para a diferença identificada entre os relatórios de acompanhamento e os conclusivos quanto à construção de uma decisão, cabe retomar algumas informações obtidas nas entrevistas com os juízes e funcionários. Se considerarmos que uma das preocupações centrais das equipes na elaboração dos relatórios é evitar que o trabalho desenvolvido seja questionado pelos juízes, é possível supor que as expectativas desses últimos contam nas decisões sobre como organizar os relatos. No capítulo 3, apresentei o argumento de que a preocupação dos juízes com a “coerência” dos relatórios parecia dizer respeito exclusivamente aos casos de internações breves para infrações consideradas graves. Conforme destacado, a gravidade da infração parece informar a avaliação do tempo de internação somente em uma direção: nenhum dos juízes entrevistados mencionou a necessidade de evitar internações longas em casos de infrações leves. Tendo esse cenário em vista, é possível supor que, enquanto a manutenção da internação não precisa ser apresentada como uma decisão razoável, a decisão de encerrar a medida requer fundamentação.

A percepção de que há uma preocupação maior com a construção da decisão de liberar o adolescente do que com a decisão de mantê-lo internado é reforçada também pelo fato de que, nos prontuários analisados, somente os relatórios conclusivos foram contestados pelo DEIJ. Entre os casos analisados, houve um pedido de reelaboração do relatório³⁴ e três casos em que foi solicitado um parecer da Equipe Técnica do Juízo (ETJ). Não constam nos prontuários os pareceres da ETJ ou a justificativa para a solicitação de reavaliação do caso. Ainda de acordo com as informações obtidas nas entrevistas, esses pedidos seriam motivados principalmente pelo tipo de ato infracional cometido ou pelo fato do adolescente já ter cumprido outras medidas socioeducativas. De qualquer

³⁴ Trata-se do relatório conclusivo do Prontuário D enviado em 24/07/2000. O ofício do DEIJ (de 01/09/2000) que solicita a reelaboração do relatório afirma: “Comunicando que o juízo deliberou como resultado do relatório conclusivo encaminhado

() remessa de novo relatório

() avaliação pela equipe técnica do juízo

(X) considerado imprestável o relatório “conclusivo”, salvo para servir de fundamento a uma ação de indenização contra o estado; determinada a continuidade da medida de internação até que o jovem esteja apto a ser colocado em outra medida; a UE deverá apresentar novo relatório em prazo não inferior a 60 dias e de acordo com o O.S. no. 5/99 não superior a 90 dias”

forma, não houve nenhum caso de revisão ou rejeição de relatórios iniciais ou de acompanhamento.

Conforme destacado, portanto, a centralidade da sugestão de liberação para a organização dos relatórios conclusivos pode ser percebida no caráter positivo das avaliações feitas do adolescente e de sua família. A construção da razoabilidade da decisão de liberar o adolescente pode envolver, no entanto, a inclusão de características negativas. É frequente que os relatórios conclusivos apresentem inicialmente os problemas no comportamento do adolescente e no contexto familiar para em seguida indicar as medidas adotadas com relação a essa situação e a mudança observada que, por sua vez, fundamenta a decisão final:

Estudo social

No início da internação [nome do adolescente em questão] apresentava-se para entrevista neste setor técnico colocando-se no lugar de vítima frente a causa que gerou a internação e insistia em passar a culpa para o outro, deixando transparecer em seu discurso uma certa resistência para repensar acerca de suas atitudes, bem como, de suas responsabilidades, como também demonstrando estruturação no meio infracional.

Diante da resistência do jovem de assumir sua culpa, e por tratar-se de jovem reincidente neste Fundação CASA, procuramos através de pesquisa no prontuário técnico, nos contatos formais e informais com o genitor e contatos telefônicos com a genitora, melhor compreender o jovem em tela, tanto no aspecto familiar como social.

(...)

Referindo-se a dinâmica familiar [nome do adolescente em questão] classifica como harmoniosa, informa que os pais são pessoas trabalhadoras, honestas e dispensam aos filhos uma educação com princípios éticos e morais.

Frente ao histórico sócio-familiar de [nome do adolescente em questão], procuramos levá-lo a exercer a capacidade de reflexão e gradativamente ele passou a admitir que fazer parte da população desta fundação CASA, está associada ao fato de se deixar levar pelos companheiros de conduta nefasta, sem considerar a educação dispensada pelos pais, mesmo eles insistindo para que procurasse seguir o caminho do bem.

Questionado quanto o desrespeito com os pais, [nome do adolescente em questão] atribui ao fato de que o pai foi à figura de autoridade na educação dos filhos, mas pelo fato de sempre ficar fora do lar por vários dias em razão do

trabalho e sua mãe considerar verdadeiras as desculpas que lhe apresentava quando questionado por ela, contribui para envolver-se com a vida delitiva, portanto, concordamos com as impressões técnicas anteriores, “que Robson vivenciou um dupla mensagem em relação às figuras parentais, onde por um lado o pai impunha mais limites e a mãe mostrou-se permissiva”.

Com relação ao respaldo familiar neste período de institucionalização, [nome do adolescente em questão] contou com a visita do pai que visa respaldá-lo e encaminha-lo para o caminho do bem, no entanto, a mãe de Robson não compareceu para visitá-lo até o momento e solicitou-nos compreensão pelo fato de está ausente neste processo do qual o filho se encontra, alegando-nos que acreditou e confiou nas promessas dele durante a primeira internação, declarando-nos que ficou decepcionada e magoada de tal maneira que está cumprindo a promessa feita ao filho de não respaldá-lo caso voltasse aos antigos hábitos, visando que sua atitude venha de alguma forma contribuir na recuperação do filho, um vez que a dedicação que dispensou a ele não foi reconhecida.

A Sra. [nome da mãe] informou ainda que está fazendo parte de um Grupo de Orientação e Apoio à Família, no [nome da instituição], na cidade de [nome da cidade], aguardando o retorno do filho ao lar e que acredita que está preparada e alertada para respaldá-lo positivamente quando em liberdade, porem de maneira coerente com sua problemática até que ocorra efetivamente a reinserção na sociedade.

Diante da postura da mãe, o jovem começou a sensibilizar-se, manifestar interesse de assumir suas responsabilidades reconhecendo a dedicação dos pais e verbalizar que pretende de fato, estudar para seguir a carreira de aviador junto as Forças Aéreas Brasileira, ou cursar a faculdade de administração de Empresas, deixando transparecer uma melhora considerável em sua postura, verbalização e elaboração do projeto de vida.

Estudo Psicológico

(...)

Revela-se um interno que consegue lidar e conviver adequadamente com as normas e regras e valores sociais vigentes.

É receptivo às orientações técnicas, prestativo e educado, o qual é orientado no tempo e no espaço, dispondo de recursos internos suficientes para sua reinserção na sociedade.

Com o auxílio das intervenções que vem sendo submetido, o jovem conseguiu introjetar valores éticos mais adequados, além de elevação da autoestima e valorização dos relacionamentos sociais.

Procuramos no decorrer desse período leva-lo a refletir sobre os motivos que o levaram a distanciar-se do núcleo familiar e estreitar relação com a vida ilícita.

Referente ao conflito com a lei, percebe e não se isenta de sua responsabilidade, e reúne condições para estabelecer crítica adequada, sobre suas experiências, inclusive se valendo desse aprendizado, no processo de amadurecimento a qual está atrelado a adequação a medida imposta.

(...)

Atualmente arrepende-se quando relembra de sua vida, não soube cumprir as regras, e se tivesse seguido, hoje certamente não estaria aqui, muitos foram os conselhos de seus pais e familiares e o mesmo não soube ouvi-los.

Nos atendimentos realizados identificamos sentimentos afetivos reservados, bem como condições para colocar-se no lugar do outro, fatos positivos preponderantes para sua recuperação.

Expressa desejo de dar prosseguimento aos estudos, encontrar meios para ingressar no mercado de trabalho lícito, possui ensino médio completo e diversos cursos profissionalizantes realizados na fundação.

Portanto, pelo descrito acima, e avaliando que o jovem adulto denota ter adquirido crítica durante o processo de internação, e ainda entendendo que conta com adequado respaldo familiar, sugerimos progressão de medida para [nome do adolescente em questão], visto encontrar-se apto a retornar a sociedade, em abrandamento de medida em Liberdade Assistida.

(Prontuário E – Relatório conclusivo de 03/06/2008)

[Nome do adolescente em questão] em atendimento porta-se educadamente, demonstrando predisposição em atender às nossas intervenções, mas em sua rotina apesar de não se envolver em problemas na unidade, tinha dificuldade em aceitar orientações e conselhos, vem demonstrando mudanças em seu dia-adia, hoje com 17 anos demonstra buscar mais maturidade. Quanto ao fato de ser usuário relata facilidade em se livrar do vício, pois não quer mais correr riscos e viver novamente esta situação de privação de liberdade.

(...)

Dona [nome da mãe] no início foi resistente, demonstrava pouco conhecimento da gravidade dos costumes e atos cometidos pelo filho, mas hoje se integrando nas atividades, está mais consciente que deve ser mais forte e se impor em momentos de orientações aos filhos, pois suprir os desejos materiais não a isenta das responsabilidades e dos envolvimento ilícitos do filho.

(...)

Frente à internação, inicialmente [nome do adolescente em questão] apresenta-se depressivo, com dificuldade de assimilar o propósito de sua internação, dificuldade em alimentar-se, apresentando saúde fragilizada, decorrente da separação da família.

Quanto ao plano de intervenção para sua ressocialização, nos atendimentos realizados por esta equipe levamos o adolescente a compreender suas dificuldades e possibilidades pessoais, as condições de sua família e da sociedade a que pertence.

Nos atendimentos em grupo, propiciamos discussões sobre uso de drogas, comportamento de risco, desenvolvimento pessoal, qualidade de vida, adoção de valores sociais e morais aceitáveis entre outros, desse modo trabalhamos elementos que lhe permitiram a compreensão e aceitação de elementos essenciais para seu processo de ressocialização.

Incluimos no plano de atendimento o acompanhamento psicoterápico, onde foi atendido por psicoterapeuta e psiquiatra – do Núcleo de Atendimento Integrado à Saúde do Adolescente do [Nome do Complexo] – NAISA, e atendimento familiar sistemáticos, visando fortalecimento dos laços afetivos, sensibilizações quanto assumir e rever seus papéis dentro do seio familiar. Ambos responderam satisfatoriamente estas intervenções.

(...)

Podendo-se inferir que o adolescente encontra-se em momento maturacional, provido de crítica e com qualidade no conteúdo de seu discurso, demonstra capacidade de avaliar seu passado e de realizar prospecção para o futuro, dando continuidade aos estudos, atividades laborativas e continuidade ao acompanhamento psicossocial qual foi encaminhado. Observa-se assimilação da medida em cumprimento, criticidade quanto as consequências de suas ações.

Diante do acima exposto, considerando a sua razoável evolução pessoal, aproveitamentos nos trabalhos de atividades preparatórias de reinserção social, avaliamos que são satisfatórias as condições para que [nome do adolescente em questão] possa dar continuidade a seu processo socioeducativo em meio aberto.

(Prontuário G – Relatório conclusivo de 03/03/2009)

Assim, a introdução de atributos problemáticos parece ser um recurso importante nesses relatos para a produção do fato da transformação do adolescente como resultado da ação institucional. A decisão de encerrar a internação é formulada não somente a partir da avaliação positiva das características do adolescente, mas do fato de que uma situação inicial foi alterada durante a medida e como resultado dela. A demonstração e produção de evidências do

trabalho desenvolvido pela equipe – típica dos relatórios de acompanhamento – está também presente nos relatórios conclusivos, agora como fator decisivo da transformação operada no adolescente e na sua família. E, seguindo o mesmo raciocínio exibido nos relatórios de acompanhamento, a transformação elaborada é quase exclusivamente de atributos individuais, como obediência às regras e reflexão sobre escolhas e ações pregressas. Reforçando o argumento de que a avaliação da “crítica” é um recurso importante na produção do fato da transformação do adolescente, considerações sobre esse atributo (sempre positivas) constam na grande maioria dos relatórios conclusivos.

Considerando a centralidade da transformação do adolescente para a elaboração da razoabilidade da decisão de encerrar a internação, é interessante analisar quais os procedimentos narrativos empregados quando essa decisão não está vinculada à transformação. Em um dos casos analisados (Prontuário C, segunda passagem), a formulação da sugestão de liberação não expressa o raciocínio identificado nos demais relatórios conclusivos:

Conclusão

Considerando que:

- Relatório psicossocial enviado pela [unidade de internação] em 10/12/1999 através do ofício [número do ofício] o qual são favoráveis a inserção do adolescente em tratamento psicoterápico na comunidade, tendo em vista a necessidade do mesmo;

- A avaliação psiquiátrica realizada em 10/02/2000 encaminhado à V. Exa. através do ofício [número do ofício] de 16/02/2000 na qual a discussão e conclusão sugere que sua permanência nesta instituição coloca em risco a integridade física, mental e emocional dos adolescentes sendo que o convívio familiar é de grande valia como coadjuvante terapêutico;

- Existe a possibilidade do genitor e avó em respaldá-lo quanto aos encaminhamentos para tratamentos especializados na área de saúde mental (psicologia e psiquiatria).

Diante do exposto, sugerimos a V. Exa. a progressão da medida do jovem para Liberdade Assistida, onde o mesmo poderá realizar tratamento adequado a sua problemática, estando este mais próximo a sua família, a qual poderá respaldá-lo em suas necessidades, dando-lhes melhores condições para [nome do adolescente em questão] redirecionar sua vida.

(Prontuário C – Relatório conclusivo de 03/04/2000)

Como é possível observar, a sugestão de progressão da medida nesse caso não é vinculada à transformação operada no adolescente pelo trabalho da equipe. A construção da decisão de liberar o adolescente recorre à formulação da *impossibilidade* de transformação pela ação institucional. Os atributos problemáticos do adolescente são elaborados, assim, como externos à possibilidade de agência da instituição.

